

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 26 | Nº 08 | AGOSTO 2006 | R\$ 13,00



EAESP
EESP
IBRE



POR QUE O REAL NÃO SE DEPRECIA?



**Por um lobby
moderno na
agricultura**

GRÃOS
Safrá bem menor
em 2006/07

PECUÁRIA
Enorme variação
nos preços estaduais



PORTAL DO FAZENDEIRO

Informação Qualificada

Responsabilidade Setorial

Gestão Empresarial

São os insumos para o sucesso

O agronegócio é o seguinte

Fraqueza do setor rural

ÀS VÊSPERAS do plantio da próxima safra de verão, o ambiente do campo é de apreensão, longe do otimismo reinante entre 2001 e 2004. Os pacotes governamentais e a repactuação dos débitos são processos lentos e demoram a ser fechados. Nas três medidas de socorro anunciadas no primeiro semestre, a ajuda oficial envolve cerca de R\$ 22 bilhões. De certo modo, uma boa compensação para um setor cuja queda de renda passa de R\$ 30 bilhões nos dois últimos anos.

A descapitalização dos agricultores mostra uma face paradoxal quando se observam as exportações recordes registradas pelo agronegócio. Qual será o tamanho da queda da produção na safra 2006/2007? O impacto mais negativo virá da queda do padrão tecnológico na produção. As vendas de insumos estão bem mais baixas e lentas. Haverá problemas logísticos e encarecimento do frete para atender à demanda das regiões produtoras. Quanto ao encolhimento da área, o seu efeito será menor, pois o agricultor não tem saída para girar e desfazer o enorme imobilizado investido nos últimos anos.

Enquanto isso, os vizinhos argentinos revelam dois desempenhos distintos nas partes vegetal e animal. Na área de grãos, cresce a sojicultura. A colheita da safra 2005/06 apenas não foi recorde face às adversidades climáticas. Mas foi a segunda da história do país. Na pecuária, a situação é mais crítica, com a atividade estagnada nos últimos anos. Os criadores e o governo estão em uma brutal queda de braço. As decisões do governo passam pela suspensão das exportações, e a febre aftosa chegou ao rebanho argentino.

Na parte estratégica da tecnologia, o Brasil defronta-se ainda com a morosidade e a ideologia para liberar a pesquisa e o plantio de sementes transgênicas. A composição de Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) é burocrática e formada por profissionais que estão longe de compartilhar uma visão de produção, de respeito ao meio ambiente e de saúde do consumidor. A Procuradoria Pública Federal agora passa a monitorar o órgão para desagrado de pesquisadores e cientistas da biotecnologia. O resultado é a perda de competitividade para o agronegócio.

Na Organização Mundial do Comércio, o fracasso da Rodada Doha é frustrante, mas não surpreende. O sinal de insucesso já tinha sido emitido em encontros anteriores. Agora, fica cada vez mais colocada em xeque a capacidade da entidade para conceber e aplicar uma legislação comercial que tenha o consenso de seus 149 membros. Será que o seu destino terá mesmo futuro da Liga das Nações, criada para trazer a paz no mundo depois da Primeira Grande Guerra?

Enquanto isso, as barreiras não-tarifárias grassam com diferentes formas no comércio mundial. Em nome da sustentabilidade e pela resistência dos grandes canais de distribuição da Europa na importação da soja, os processadores que atuam no Brasil declararam uma moratória ambiental de dois anos para os produtores da região amazônica. A atitude é inédita. O assunto ganhará destaque nos próximos meses. Paralelamente, acusados de não atender padrões de qualidade adequados, um grupo de produtos nacionais poderão sofrer embargos de importantes importadores. Uma missão prioritária para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O curioso é que os complexos problemas ligados ao setor rural são discutidos hoje nos grandes centros urbanos. Nos gabinetes atapetados, de terno e gravata, se debate questões cruciais para o campo, em longos e exaustivos embates jurídicos. É o que ocorre no caso dos organismos geneticamente modificados na CTNBio e nas disputas comerciais da Organização Mundial do Comércio. Na regulamentação da área de reserva legal e na aplicação dos índices de produtividade para efeito de reforma agrária, aparecem mais mazelas. E na cadeia citrícola brasileira, o conflito contumaz de distribuição de renda entre seus elos é uma sinfonia sem fim.

A boa notícia é a febre na cadeia de açúcar e álcool em torno da energia renovável. Os investimentos em 89 novas usinas remontam R\$ 13 bilhões. Relatório da OCDE e da FAO, instituições de enorme influência internacional, acaba de apontar a posição de franca liderança do Brasil nessa área nos próximos anos. É mais um atrativo para a chegada de aporte de capital ao país.

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agribusiness e economia agrícola da Fundação Getúlio Vargas (Escola de Economia de São Paulo - EESP, Instituto Brasileiro de Economia - IBRE e Escola de Administração de Empresas de São Paulo - EAESP).

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-EASP: Fernando S. Meirelles

Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca

Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Fernando S. Meirelles, Ivan Wedekin, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Ricardo Conceição e Yoshiaki Nakano

Editor chefe: Antônio Carlos Kfourir Aidar

Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza

Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redação

Redator: Bruno Blecher

Arte: André C. Michelin e Renata Owa

Revisão: Cacalo Kfourir

Fotos: www.freeimages.co.uk (Capa) e Getty

Images (Págs. 4,10,36,39,41,48,49)

Secretaria e apoio administrativo: Evandro Jacóia Faulin, Ivani Fernandes Oliveira e Thiago Paes Brussi.

Publicidade: Representante comercial: Gilberto Gomes de Alencar, Tel.: (11) 3287-4529 e Celular (11) 9182-8395, e-mail: gilberto.alencar@terra.com.br. Contato comercial: Evandro Jacóia Faulin e Thiago Paes Brussi, Tel.: (11) 3281-3220, Fax: (11) 3262-3708 e 3281-7891, e-mail: efaulin@fgvsp.br.

Circulação/assinaturas: Evandro Jacóia Faulin, Ivani Fernandes Oliveira e Thiago Paes Brussi. Outros estados:

0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-3220,

Fax: 11 3262-3708, e-mail: agroanalysis@fgvsp.br

Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 548,

8º andar, Tel.: (11) 3281-3220, Fax: 3281-7891



Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

Conselho Diretor:

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Felix de Bulhões, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna e Nestor Jost

Conselho Curador:

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-Presidente: Pedro José da Matta Machado (Klabin Irmãos & Cia)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Carlos Alberto Vieira (Federação Brasileira de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Domingos Bulus (White Martins Gases Industriais Ltda), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Eraldo Tinoco Melo (Estado da Bahia), Heitor Chagas de Oliveira, Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Eduardo Hitiro Nakao (IRB-Brasil Resseguros S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Luiz Eduardo Alves de Assis (Banco CCF Brasil S.A.), Luiz Tavares Pereira Filho (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Resseguros no Estado do Rio de Janeiro), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Mauro Salles (Publicis Salles Norton), Nicandro Durante (Souza Cruz S/A), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang

Suplentes: Alzira Alves de Abreu, Gilberto Duarte Prado, João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Luiz Roberto Nascimento Silva, Marcelo José Basílio de Souza Marinho (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A., Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Paulo Mário Freire (Universal Comércio e Empreendimentos Ltda), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Titto Botelho Martins (Caemi Mineração e Metalurgia S.A)

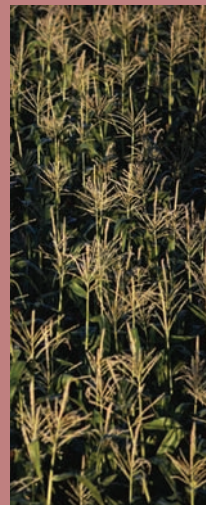
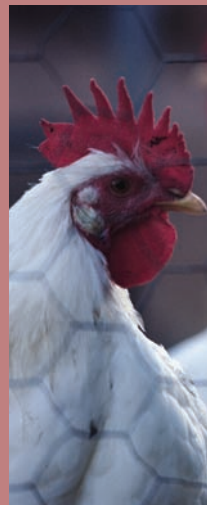
Conselho Consultivo:

Cesar Cunha Campos, Daniel Dantas, Eliezer Baptista, Estado de Minas Gerais, Fernando Perrone, Geraldo José Carbone, Luiz Fernando da Silva Pinto e Roberto Gusmão

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação
que melhor
acompanha
o agronegócio



Macroeconomia



Por que o real não se deprecia?

Açúcar e álcool



Mapa dos investimentos

Avicultura



Sequelas da gripe asiática

Negociações internacionais



Fiasco em Doha

Abre Aspas

6 Alysson Paolinelli

9 Macroeconomia

10 Agrodrops

Mercado & Negócios

12 Safra

17 Laranja

19 Florestal

27 Açúcar e álcool

30 Argentina

34 Pecuária de corte

36 Avicultura

38 Negociações internacionais

40 Balança comercial

Gestão

41 Qualiagro

Sustentabilidade

44 Biotecnologia

46 Soja

48 Legislação

50 Produzir

Alysson Paolinelli

“Só nos falta organização”

EX-MINISTRO da Agricultura do governo Geisel (1974 a 1979) e secretário de Agricultura de Minas Gerais por três vezes, Alyson Paolinelli dedica-se hoje a divulgar a tecnologia tropical gerada pelo Brasil, “uma das marcas da excelência da pesquisa agrícola brasileira”, e aprimorar, na sua própria fazenda, a integração lavoura-pecuária.

“O Brasil dispõe de tecnologia de ponta e de produtores competentes. Só falta uma perna para completar este tripé: a organização. É preciso mais participação dos produtores. Na Europa, os agriculto-

res conseguem parar o País, como ocorreu seis anos atrás na França”, diz Paolinelli.

Em outubro próximo, nos EUA, Paolinelli receberá, juntamente com o pesquisador Edson Lobato, um dos mais importantes prêmios da agricultura mundial, The World Food Prize, concedido há 20 anos a pessoas que contribuem para o desenvolvimento e para o aumento da qualidade e da quantidade de alimentos no planeta.

Engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal de Lavras (MG), ele se especializou nos estudos sobre o

potencial da região do Cerrado para a produção agrícola. Foi um dos responsáveis pela criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pelo desenvolvimento do Proálcool.

A sua colaboração para o desenvolvimento da pesquisa e à ocupação agrícola dos cerrados também foi reconhecida pelos empresários do agronegócio brasileiro. No dia 1º de agosto, durante o 5º Congresso Brasileiro de Agribusiness, em São Paulo, o ex-ministro foi homenageado como a Personalidade do Agronegócio 2006. Na ocasião, ele falou à Agroanalysis.

AGROANALYSIS Depois da bonança do período 1999-2004, a agricultura brasileira mergulha novamente em uma crise. A pior dos últimos 40 anos, segundo alguns analistas do mercado. Alternar fases de vacas gordas e magras é uma característica do setor agropecuário. Mas



“Temos tecnologia e conhecimento para competir com qualquer agricultura do mundo”

no Brasil, a instabilidade é muito forte. Por quê?

ALYSO PAOLINELLI Esta crise não é a primeira e nem vai ser a última. Infelizmente nós vivemos em uma senóide. Na realidade, a grande arrancada do agronegócio começou em 1972, quando o país atravessava uma fase mais estável economicamente. Não havia déficit público, e a dívida externa era pequena. Havia cerca de US\$ 21 bilhões de crédito rural girando no setor naquela época. E o governo fazia políticas efetivas de crédito rural, de comercialização, garantia preços mínimos, fazia compras, montava estoques. Depois, após sete planos econômicos, a economia sofreu toda sorte de solavancos e manipulações. Hoje, o governo não tem dinheiro para apoiar a produção. A agricultura vive na incerteza, sem crédito suficiente. Desde 1990, a política de garantia de preços mínimos foi jogada para o espaço. Chegamos até a aberração de fazer uma legislação dentro da Constituinte, que obrigava o governo a implantar o seguro rural. Mas até hoje o seguro rural não emplacou, porque depende dos recursos do governo para subsidiar os custos. A agricultura brasileira fica portanto na dependência de fatores internos e externos. Internamente, há os problemas climáticos e governos que às vezes são pouco amistosos com a agricultura. No front externo, temos ainda uma forte variação dos preços internacionais.

AGROANALYSIS Não há luz no fim do túnel?

PAOLINELLI A minha expectativa é positiva. O Brasil está muito bem em tecnologia agrícola. Nós desenvolvemos em apenas 30 anos, o que o mundo desenvolveu em 4.000 anos. E fizemos melhor do que eles. Nós hoje temos uma tecnologia de agricultura tropical altamente competitiva. Com toda essa desgraça – juros altos, tributos elevados e os custos mais pesados do mundo – ainda, nós estamos apavorando os nossos concorrentes. Ou seja nós somos eficientes.

AGROANALYSIS Tecnologia de ponta é suficiente para vencer as crises?

PAOLINELLI Temos um tripé em que falta ainda uma das pernas. Temos tecnologia e conhecimento suficiente para competir com qualquer agricultura do mundo e uma classe empresarial ativa e inovadora. Mas o produtor brasileiro é competente da porteira para dentro. É preciso nos organizar melhor politicamente.

AGROANALYSIS Os produtores sabem fazer as contas? Eles têm capacidade de gestão?

PAOLINELLI É gente nova, com graduação universitária ou em vias de concluir o curso. Jovens cada vez mais capacitados. Quem faz agricultura hoje no mundo? Nos EUA, os agricultores são velhos. No Japão, são aposentados. Na Europa, são aposentados ou jovens que até as 5 da

bardeados. É preciso mais participação do produtor. Na Europa, os agricultores conseguem parar o país, como ocorreu na França seis anos atrás. Nos EUA, o deputado que votar uma lei contrária à agricultura não consegue se reeleger. Ele fica marcado para sempre. Aqui no Brasil, o Ministério da Agricultura tem 0,3% do orçamento da União.

AGROANALYSIS Havia mais dinheiro para o Ministério da Agricultura durante a sua gestão, no governo Geisel? O que era melhor e o que era pior no seu tempo de ministro?

PAOLINELLI Muito mais do que hoje. Eu não lembro quanto exatamente, mas sei que nós tínhamos mais recursos. O Brasil não era um país endividado. Além disso,

“O agricultor brasileiro pensa que resolve todos os seus problemas dentro da fazenda”

tarde trabalham em empresas urbanas e, depois, fazem bico na agricultura. Aqui no Brasil nós temos profissionais. As empresas do agronegócio são hoje dirigidas por executivos competentes. E há muitas mulheres no setor. Quando eu me formei, havia apenas uma mulher na minha turma. O interessante é que a mulher trouxe uma nova visão ao agronegócio. Ela introduziu conceitos da economia doméstica no setor rural.

AGROANALYSIS Temos tecnologia de ponta, produtores capacitados e somos altamente competitivos. O que falta?

PAOLINELLI O que outros têm, e nós não temos. Repito: falta organização. O agricultor brasileiro pensa que resolve todos os seus problemas dentro da fazenda. Mas não resolve. Estamos sendo bom-

houve um trabalho estratégico para desenvolver o setor agrícola. Gerar tecnologia própria e transferi-la ao produtor.

AGROANALYSIS O senhor é um grande divulgador da chamada tecnologia tropical brasileira, principalmente da integração lavoura-pecuária. Quais são as vantagens deste sistema?

PAOLINELLI Trata-se da maior inovação que nós tivemos no século XX na agricultura tropical do Brasil. A integração lavoura-pecuária é um instrumento capaz de revolucionar a agricultura brasileira e aumentar ainda mais a competitividade do agronegócio nacional. Ela ainda está dando os seus passos iniciais, e deveria ter mais apoio das políticas públicas. Tenho certeza de que esta inovação não vai ficar na prateleira. Segundo dados da Embra-



“Quando você recupera uma pastagem degradada a custo baixo, não precisa desmatar”

pa, o Brasil tem 40 milhões de hectares de pastagens degradadas. Em São Paulo, há mais de 1,5 milhão de hectares de pastagens degradadas. Como resolver isto? Neste aperto financeiro que o produtor vive hoje, ele não tem condições de repor o que solo precisa. Quem vendeu boi três anos atrás a R\$ 65 e consegue hoje apenas R\$ 44 não tem recursos para recuperar o solo. A extração de nutrientes pelas culturas é grande. O milho, com 6.000 quilos por hectare, tira da terra 136 quilos/hectare de nitrogênio, 28 de fósforo e 39 de potássio. A pastagem, se não for renovada, chega a tirar 451 quilos de nitrogênio, 45 de fósforo e até 600 quilos de potássio por ano. Desenvolvida

pela Embrapa, a integração lavoura-pecuária pode mudar este cenário. Ela consiste na diversificação e na rotação das atividades agrícola e pecuária dentro da mesma propriedade. Por meio desta tecnologia, a fertilidade do solo é corrigida com os cultivos anuais. Consegue-se recuperar e reformar as pastagens degradadas, evitar a erosão e quebrar o ciclo de pragas e doenças da monocultura. O objetivo é produzir pastos, forragens e grãos para alimentação animal na estação da seca. Com essa ferramenta, podemos diminuir o uso de insumos, aumentar a rentabilidade do produtor e reduzir os custos das atividades agrícolas e da

pecuária. Mais ainda: valoriza a sua propriedade.

AGROANALYSIS Esta tecnologia só traz vantagens ao produtor rural?

PAOLINELLI Muita gente me pergunta: é milagre ou mentira? Quando você conjugava as duas atividades, tem uma equação simbiótica dos dois processos. Com a integração, a pecuária ajuda a agricultura e vice-versa. O rebanho bovino aumenta. Mais carne, mais leite, mais produtividade. Aumenta também a produção de grãos, à medida que o solo melhora. Além disso, você tem menos problemas de erosão e melhora a qualidade da água.

AGROANALYSIS Recuperar pastos degradados também evita o desmatamento para ampliar as áreas de plantio?

PAOLINELLI Esta é uma questão polêmica para o Brasil e acaba denegrindo a imagem do País lá fora. Quando você recupera uma pastagem degradada a custo baixo, não precisa desmatar para abrir áreas. Você não vai forçar os chamados biomas frágeis. Também consegue diminuir o uso de agrotóxicos. Quem usa este sistema, emprega mais mão-de-obra. A integração está recuperando algumas áreas do Brasil antes inviáveis à agricultura, como o caso do arenito de Caiuá, nas regiões do sul de Mato Grosso, parte de São Paulo e no noroeste do Paraná. Essas áreas estão sendo usadas hoje para o plantio de soja. Por meio da integração lavoura-pecuária, alguns produtores estão conseguindo tirar entre 60 e 70 sacos de soja por hectare e entre 14 e 18 arrobas por hectare no restante do ano. É só fazer as contas para a gente perceber que esta tecnologia é realmente inovadora e representa uma salvação para o Brasil.

AGROANALYSIS Vira e mexe, a imprensa estrangeira acusa os agricultores brasileiros de aumentar a produção agrícola à custa da destruição de matas nativas e florestas.

PAOLINELLI Você tem no Brasil hoje dois tipos de instituições: as ONGs e as INGs. As ONGs, que são organizações de fato, analisam o que está ocorrendo, levam aos seus conselhos, tomam decisões e agem. Infelizmente, você tem outras entidades que podemos chamar de INGs (indivíduo não-governamental), que fala as maiores asneiras, vai lá fora e detona a imagem do país. As INGs dizem que o Brasil cresceu a sua produção agrícola à custa dos recursos naturais. É a maior mentira. A agricultura tropical do Brasil é respeitada justamente por ser conservacionista. Aliás, ela preserva bem mais o ambiente do que a agricultura tradicional praticada na Europa e nos EUA. A equação do carbono no Brasil é negativa. Nós absorvemos carbono, principalmente com técnicas como o plantio direto e a integração entre lavoura e pecuária. ■

Macroeconomia

Debate sobre o câmbio

Rogério Mori *

OS DEBATES em torno da taxa de câmbio e do seu atual patamar prosseguem de forma acirrada na mídia e nos principais meios econômicos do País. De fato, o patamar da taxa de câmbio efetiva real encontra-se no mesmo nível de dezembro de 2000, quando o resultado comercial foi deficitário em US\$ 753 milhões. É um claro contraponto ao superávit acumulado em 12 meses terminados em julho de 2006, de US\$ 45,2 bilhões.

Existem duas linhas de argumentação:

1. Economistas e analistas favoráveis à livre flutuação da moeda, que identificam a taxa de câmbio como um preço definido pelas forças de mercado. São contrários a intervenções ou esforços por parte do governo no sentido de promover uma desvalorização da moeda. Favoráveis à livre flutuação da moeda, identificam-se com uma postura ortodoxa. Apontam que os fatores de produção, ante o atual patamar do câmbio, alocarão recursos onde o país possui vantagens. O resultado francamente positivo das contas externas, sob essa ótica, é um reflexo da saúde do segmento exportador brasileiro.
2. Aqueles preocupados com o atual patamar da taxa de câmbio e seus efeitos sobre a estrutura produtiva do país no médio e longo prazos. Essa linha de pensamento também se preocupa com a sustentabilidade dos saldos comerciais positivos mais adiante face aos efeitos sobre a volatilidade da moeda brasileira gerados pela desaceleração do ritmo de crescimento global. A apreciação da

moeda brasileira desestimularia vários setores exportadores. Várias empresas sairiam do segmento de vendas externas (segundo informações da FUNCEX, isso já ocorre nos últimos meses) e afetaria o setor produtor de bens comercializáveis doméstico. Nesse sentido, o resultado comercial atual se mantém por conta dos elevados preços das *commodities* de exportação, o que influencia o resultado das vendas externas do país. Os que adotam essa linha, em certo sentido, preocupam-se com a ocorrência de um efeito similar ao da “doença holandesa” (*dutch disease*) na economia brasileira: posição favorável nas contas externas por conta das vendas de *commodities*, mas a apreciação da taxa de câmbio afeta duramente os demais setores produtores de bens comercializáveis nacionais (principalmente industrial e alguns segmentos agrícolas). A orientação dessa visão é claramente favorável à intervenção na taxa de câmbio, no sentido de desvalorizar o real frente às demais moedas.

Esse debate, no entanto, não se limita puramente à questão da intervenção ou não na taxa de câmbio por parte do governo, mas também se centra nos instrumentos existentes atualmente para levar adiante uma política focada na desvalorização do real.

Um das alternativas possíveis reside na compra de dólares no mercado de câmbio por parte do Banco Central. Essa operação, no entanto, não é desprovida de custos para o governo, uma vez que ela é acompanhada por uma operação de este-

Brasil: resultado comercial (US\$ bilhões)

2000	-0,8
2001	2,7
2002	13,1
2003	24,8
2004	33,7
2005	44,8
2006 *	45,2

* Acumulado em 12 meses terminados em julho.

Fonte: BCB

rilização e, em última instância, os custos da operação refletem os diferenciais de juros domésticos e internacionais, e a depreciação da moeda brasileira no processo. Em outras palavras, dado o elevado patamar da taxa de juros brasileira frente às praticadas internacionalmente, os custos envolvidos nesse processo são altamente limitativos.

Uma outra opção envolve a redução significativa da taxa de juros doméstica, de forma a diminuir o diferencial entre os juros brasileiros e os internacionais e, com isso, a atratividade de aplicações em renda fixa no Brasil e o influxo de dólares. Essa estratégia, no entanto, esbarra em limites por conta dos temores de elevação da inflação por parte do Banco Central.

Frente a isso, a opção que se discute atualmente em vários meios é a imposição de controles ao ingresso de capitais no Brasil, como uma forma de coibir o influxo de dólares e evitar pressões adicionais pela apreciação da moeda brasileira. Vários países introduziram essas restrições no passado para evitar problemas similares e a volatilidade excessiva na taxa de câmbio. Essa opção, no entanto, choca-se com as limitações impostas pela comunidade financeira internacional e não existe um consenso sobre sua eficiência para evitar os problemas apresentados.

Em suma, as opções para intervir no mercado de câmbio de forma a desvalorizar a moeda brasileira são limitadas e o governo atual parece pouco disposto a enfrentar a problemática de frente. ■

* Professor e Coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (CEMAP) da FGV-EESP.



DIVIDIR O BIFE

“Precisamos recuperar o preço para o pecuarista sem afetar o consumidor. O varejo em 2005 ganhou mais dinheiro em comparação com os outros elos da cadeia de carne. Agora precisa reduzir os ganhos”

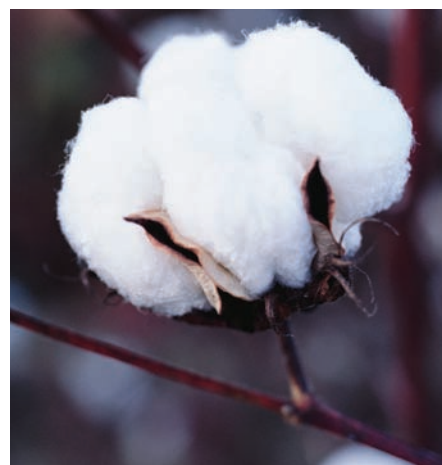
ANTENOR NOGUEIRA, presidente do Fórum Permanente da Pecuária de Corte da Confederação Nacional da Agricultura, na Folha de S.Paulo, 18/08/2006

Produção de sêmen

A Lagoa vai participar de um centro internacional de referência em produção de sêmen, que terá como função unificar técnicas de industrialização do produto e pesquisar formas de elevar a produtividade de touros. O projeto será coordenado pela *holding* belgo-holandesa CRV, da qual a Lagoa faz parte, e contará com a colaboração das demais centrais de genética do grupo.

Bom para a saúde

A Embrapa Café e a Fundação Zerbini (Incor) devem receber R\$ 1,8 milhão para aplicar em pesquisas sobre os benefícios do café na prevenção e cura de doenças do coração, segundo decisão do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC). Silvio Crestana, diretor-presidente da Embrapa, diz que a parceria visa buscar novas formas de utilização da cafeicultura.



Genoma do Boi

Depois de identificar 22.000 genes, cerca de 80% do genoma do nelore, o programa conduzido desde 2003 pela Central Bela Vista inicia sua fase funcional. A meta é desenvolver produtos comerciais para a pecuária de corte, como marcadores moleculares, vacinas e medicamentos. No final deste mês, o professor Luiz Roberto Furlan, da Unesp (Universidade Estadual Paulista), viaja para Michigan (EUA), onde vai trabalhar com o Prof. Paul Coussens, coordenador do programa nacional de genômica funcional animal do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA). Furlan vai se dedicar à validação dos marcadores moleculares, que deverão se tornar os primeiros produtos gerados pelo projeto Genoma Funcional do Boi. Nos EUA, o pesquisador vai estudar principalmente os mecanismos genéticos que estão envolvidos na resposta imunológica à infestação por carrapatos.

Mundo do algodão

A 65ª Reunião Plenária do Internacional Cotton Advisory Committee (ICAC), o maior evento mundial do algodão, será realizada este ano no Brasil. De 11 a 15 de setembro, em Goiânia (GO).

ARROZ CARO

Grandes corretoras do mercado de *commodities* apostam que o preço do arroz vai dobrar até 2008, apesar da safra recorde desta temporada. Alimento que faz parte da dieta de cerca de 3 bilhões de pessoas no mundo, o plantio de arroz está perdendo terreno para loteamentos urbanos em países como a China e o Vietnã. Dados do USDA (Departamento de Agricultura dos EUA) mostram que os estoques mundiais estão caindo. No Brasil, a queda na produção desta safra (2005/2006) chegou a 12,2% em relação à temporada anterior, com colheita de 11,6 milhões de toneladas.

Máquinas na Expointer

Com o mercado de máquinas agrícolas atolado no setor de grãos, os fabricantes adotaram uma estratégia mais caseira na Expointer deste ano. A New Holland levou máquinas apropriadas às culturas gaúchas (grãos, fumo, frutas e agroflorestal). No estande da Valtra, o destaque foi para a linha florestal, setor onde a empresa tem uma forte tradição devido a sua origem finlandesa.

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br

Com ferro

Embora mais caro, o arroz pode ficar mais nutritivo. Cientistas do Instituto Politécnico de Zurique criaram um método para enriquecer o arroz com ferro e, assim, combater a anemia que afeta boa parte das crianças dos países pobres, principalmente na África. Não se trata de arroz transgênico, mas de uma máquina que comprime ferro e arroz em pó para produzir grãos brancos, que depois são misturados ao arroz natural, à proporção de um em cinquenta.

MAIS CAFÉ

Levantamento da ABIC (Associação Brasileira da Indústria de Café) mostra que o brasileiro aumentou o seu consumo do produto. Entre maio de 2005 e abril último, o Brasil consumiu 15,95 milhões de sacas de café torrado e moído, 2,93% a mais do que em igual período encerrado em abril de 2005. O brasileiro, segundo a Abic, consome 4,22 quilos de café por ano. No mundo, a média anual de consumo vem crescendo 1,5% ao ano. Por quê o ritmo de crescimento foi maior por aqui? Segundo a Abic, por conta do aumento do poder aquisitivo da população e da melhoria de qualidade do produto.

No front externo, a meta do Brasil é elevar as exportações. Projeto da APEX-Brasil e da Associação Brasileira da Indústria de Café vai promover os cafés industrializados e especiais em mais de 10 mercados. “Além de conquistar novos nichos de mercado, a exportação de cafés de alta qualidade, industrializados ou em grão, significa maior valor agregado”, diz Guivan Bueno, presidente da ABIC.



CAMINHO SEM PEDRAS

O 5º Congresso Brasileiro de Agribusiness, realizado no início de agosto em São Paulo, adotou como tema “o caminho sem pedras para o futuro”. No encerramento do evento, Carlo Lovatelli, presidente da Abag, conclamou o setor a se unir contra os vários obstáculos que enfrenta. “O agronegócio reclama atenção, recursos e se sentir aceito pelo governo. Entidades como a Embrapa merece o nosso respeito e admiração e, mais que isso, a nossa atuação. Vamos cobrar a realização de orçamentos para a Embrapa. Vamos agir, e fortemente. Custo Brasil, transporte, logística e portos são graves entraves, assim como sanidade precisa de ações definitivas. As ações são, ou precisam ser, públicas e privadas. Nas palavras do nosso homenageado Alysson Paolinelli, a conclamação para que saíamos da inércia. Movimento é vida!”, disse.

Vacina para a Bolívia

A Bolívia vai receber do governo brasileiro 2 milhões de doses de vacina contra febre aftosa. Elas serão utilizadas para imunizar os rebanhos da região fronteiriça com o Brasil, uma das áreas de maior risco para a doença na América Latina. A doação foi proposta pelo Grupo Interamericano de Erradicação da Febre Aftosa (GIEFA), entidade comandada por Sebastião Guedes.

MERCADO FLEX

2 milhões

de veículos bicompostíveis já foram fabricados no Brasil de março de 2003 a agosto deste ano, segundo a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Os flex representam

77%

das vendas de automóveis leves do país

Safrá 2006/2007

Menor área e produção

OS TRÊS pacotes de socorro lançados pelo governo no primeiro semestre deste ano devem abranger mais de 90% dos produtores endividados e somar R\$ 20 bilhões. Este valor é o potencial das dívidas passíveis de renegociação referente a custeio e investimento da safra 2005/06 e uma parte do passivo das safras renegociadas anteriormente. Há ainda mais de R\$ 2 bilhões concedidos para dar liquidez a comercialização.

Fatores responsáveis pela redução da área

- Alto nível de endividamento dos produtores,
- Crédito privado mais restrito,
- Câmbio desfavorável e
- Queda no preço médio da soja no primeiro semestre.
- Custo do transporte.

As dívidas de custeio, correspondentes a 60% do total, serão prorrogadas por um prazo de quatro anos, com um ano de carência para o pagamento da primeira parcela.

Para as dívidas dos agricultores adimplentes até 31 de dezembro de 2004 na Securitização, PESA e RECOOP, de R\$ 572 milhões, haverá refinanciamento com recursos controlados do crédito rural, com juro anual de 8,75% e prazo de cinco anos, incluídos até dois anos de carência para o pagamento da primeira parcela.

Também o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aderiu ao programa de renegociação de dívidas dos produtores e anunciou a:

- Extensão de prazos de pagamento de dívidas que somam de R\$ 4,5 bilhões a R\$ 5 bilhões. A cifra é quase a metade do volume de recursos renegocia-

dos em maio com outras instituições públicas, como o Banco do Brasil, cujo valor atingiu de R\$ 10,6 bilhões.

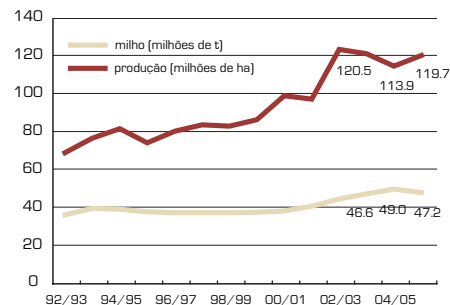
- Prorrogação, por um ano, no prazo de pagamento das dívidas de produtores rurais, contraídas no âmbito dos Programas de Investimento do Setor Agropecuário. O novo prazo começa a contar após o vencimento da última prestação e vale para empréstimos já vencidos ou a vencer neste ano.
- Suspensão da cobrança das prestações dos empréstimos com vencimento neste ano, que só passará a valer após a prorrogação ser formalizada pelo agente financeiro que repassou o crédito do banco.

A correção dos empréstimos será feita, desde as datas de vencimento até o pagamento, pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo).

Não há um valor preciso de quanto poderá ser renegociado. O adiamento dos prazos será decidido mediante análise de cada caso, nas operações contratadas com mutuários que tenham como principal fonte de renda as culturas de algodão, arroz, milho, soja, sorgo ou trigo e com agricultores familiares voltados à produção de leite. Essas lavou- ras sofrem especialmente com a menor competitividade das exportações proporcionada pela valorização do real ante o dólar.

As culturas com melhores desempenhos e cujos preços estão em bons níveis e que não foram afetadas por problemas climáticos não terão direito à renegociação. É o caso dos produtores de café e de cana-de-açúcar.

Brasil: área e produção de grãos



Fonte: CONAB

Crise de renda

As perguntas mais comuns no campo dizem respeito ao tamanho da redução da safra 2006/07 de grãos, em termos de área plantada e de produção. Mesmo com exportação recorde, a agricultura de grãos sofre com a crise de renda.

O plantio de soja deverá ocupar uma área de 8% a 12% inferior à utilizada no ciclo atual. Com produtividade média entre 40 e 45 sacas por hectare, a produção ficará entre 48,9 milhões a 55 milhões de toneladas. A queda de área se dará principalmente em regiões de fronteira agrícola, que demandam uso mais intensivo de insumos, principalmente no Centro-Oeste do país.

A sojicultura apresenta mais opções de crédito privado, custo de produção menor em relação ao milho e ao algodão e maior liquidez. Partes das áreas usadas para soja na safra passada no Centro-Oeste devem ser substituídas por pecuária, algodão, cana-de-açúcar e arroz.

Menos tecnologia

As sondagens feitas nas empresas de insumos agrícolas mostram uma tendência generalizada de queda na comercialização deste ano. O setor sementeiro padece ainda com a elevada clandestinidade, em torno de 45% do faturamento do setor. Existe muito produto sem atender as normas e as especificações legais. Um dos pleitos da indústria é a concessão de bônus no crédito para os agricultores que comprovarem o uso de sementes de acordo com a legislação.

Para o emprego de calcário, as perspectivas são de nova baixa, com uma entrega

de 16,6 milhões de toneladas, contra 17,1 milhões de toneladas em 2005. Em 2004, o número foi de 26,5 milhões de toneladas. A exceção é São Paulo, onde o consumo aumentou na cana de açúcar e no citrus.

Os fertilizantes revelam um quadro preocupante. As entregas estão atrasadas mesmo com a projeção de menor oferta para este ano, que ficará entre 18,5 a 19,0 milhões de toneladas. O resultado é próximo ao registrado em 2002. A pressão nos canais de distribuição será forte nos próximos meses, com encarecimento brutal do frete.

Nos defensivos pesa fortemente a questão do endividamento, tanto do produtor como dos distribuidores. Os preços estão mais baixos, mas há dificuldade de acesso ao crédito devido à falta de garantia. O faturamento em dólar deve reduzir-se entre 15% e 25%.

Máquinas

Já o setor de máquinas agrícolas iniciou em maio um processo tímido de recuperação no mercado interno. No acumulado de janeiro a julho, as vendas de tratores e colheitadeiras no país cresceram 2% em comparação a igual período de 2005. Os números se estabilizaram em um patamar muito baixo e a demanda ainda continuará reprimida devido ao alto grau de endividamento dos produtores de grãos.

A versão reformulada do Moderfrota começou a ser adotada no começo deste mês. Agora, produtores com renda anual de até R\$ 250 mil poderão tomar empréstimo a juros fixos de 8,75% ao ano. Até a safra passada, produtores com renda de até R\$ 150 mil pagavam juros de 9,75% ao ano. Agricultores com renda superior pagavam juros de 12,75% ao ano; agora pagarão 10,75% ao ano. Outro fator para incrementar as vendas é a liberação de recursos do Moderfrota para financiamento de máquinas usadas.

No mercado externo, as perspectivas são de retração, por conta do real valorizado em relação ao dólar e do aumento dos custos fixos, com a redução na escala de produção nas fábricas. Apesar da demanda crescente na Europa e na Ásia, no acumulado do ano, as exportações registraram queda de 33,4%. ■

Colheita de 119,7 milhões de t na safra 2005/06

A produção brasileira de grãos 2005/06 deve ser de 119,7 milhões de toneladas. Isso representa um aumento de 5,1% (5,8 milhões de toneladas) em comparação à colheita passada, de 113,9 milhões de toneladas. Os números constam do 9º levantamento divulgado em agosto pela Conab.

O resultado representa ainda um acréscimo de 0,2% em relação ao levantamento de julho, que projetava uma safra de 119,4 milhões de toneladas. A produtividade é o principal fator de manutenção nas lavouras de milho, algodão e arroz.

O levantamento aponta ainda uma redução de 3,7% na área cultivada em relação à safra anterior. A área plantada deve cair de 49,1 milhões de hectares para 47,3 milhões de hectares. A queda é verificada principalmente no algodão (27,3%), arroz (23,6%), soja (4,6%) e trigo (14,3%).

A pesquisa da Conab também constatou que foi mantido o crescimento nas áreas de plantio de milho primeira safra (6,4%), segunda safra (3,9%), feijão primeira safra (6,3%) e segunda safra (9,7%). A expansão da área de feijão se deve aos bons preços pagos aos produtores na época do plantio. Já o desempenho do milho é atribuído à ocupação do espaço deixado pela soja.

MILHO – Comparando a produção à safra anterior (27,3 milhões/t), o grão primeira safra aumentou 16%, passando para 31,7 milhões/t. O da segunda safra cresceu 26,7%, passando de 7,7 milhões/t para 9,8 milhões/t.

FEIJÃO – Houve aumento total de 403,1 mil/t (13,2%). O da primeira safra saiu de 1.101,2 mil/t para 1.149,4 mil/t (4,4%). O da segunda safra, de 984,5 mil/t para 1.432,1 mil/t (45,5%) e o de terceira safra caiu de 959,8 mil/t para 867,1 mil/t (9,7%).

SOJA – Crescimento de 2 milhões/t (3,8%), passando de 51,5 milhões/t para 53,4 milhões/t.

ALGODÃO EM PLUMA – Redução de 20,8%, saindo de 1,3 milhão/t para 1,03 milhão/t.

O novo levantamento de safra foi realizado por 60 técnicos da Conab entre os dias 24 e 28 de julho. Eles visitaram 450 municípios de todas as regiões produtoras e entrevistaram 1.350 informantes, como representantes de cooperativas, órgãos públicos e privados, agentes financeiros e produtores.

Brasil: Produção e área de cereais e oleaginosas

Produto	Área plantada - mil hectares			Produção - mil toneladas		
	2004/05	2005/06	Variação%	2004/05	2005/06	Variação%
Algodão – caroço	1.179,3	1.179,3	0,0	2.129,1	1.671,2	-21,5
Arroz	3.916,2	2.993,2	-23,6	13.227,5	11.616,1	-12,2
Feijão	3.949,1	4.200,3	6,4	3.045,5	3.448,5	13,2
1 safra	1.159,8	1.233,1	6,3	1.101,1	1.149,3	4,4
2 safra	1.852,5	2.032,1	9,7	984,5	1.432,1	45,5
3 safra	936,6	935,1	-0,2	959,8	867,1	-9,7
Milho	12.208,1	12.910,6	5,8	35.006,6	41.440,5	18,4
1 safra	9.021,7	9.601,1	6,4	27.298,3	31.672,5	16,0
2 safra	3.186,3	3.309,5	3,9	7.708,2	9.768,0	26,7
Soja	23.301,1	22.229,2	-4,6	51.252,0	53.426,0	4,2
Trigo	2.756,2	2.361,7	-14,3	5.845,8	4.873,1	-16,6
Outros produtos	1.757,6	1.757,6	0,0	3.191,3	3.181,8	-0,3
Total	49.068,1	47.250,0	-3,7	113.898,1	119.657,5	5,1

Fonte: CONAB

Safrá 2006/2007

Os preços da crise

José Sidnei Gonçalves*

QUAL é o preço que afeta mais a agropecuária brasileira?

A crise atual da agricultura é debitada à valorização da taxa de câmbio da moeda brasileira desde a metade de 2004. Em maio de 2006, a taxa de câmbio estava no patamar de R\$ 2,25/US\$, em valores similares aos verificados nos primeiros meses de 2001 e sempre superiores aos de todos os meses de 2000.

Nos últimos doze meses, as *commodities* agropecuárias tiveram incremento nos preços internacionais em percentuais mais expressivos em relação à queda do câmbio.

Nos produtos com preços internacionais crescentes, há uma redução dos impactos da taxa de câmbio nos preços expressos em moeda nacional. Em contrapartida, naqueles em que os preços externos se mantiveram ou recuaram, há sensível redução dos preços internos.

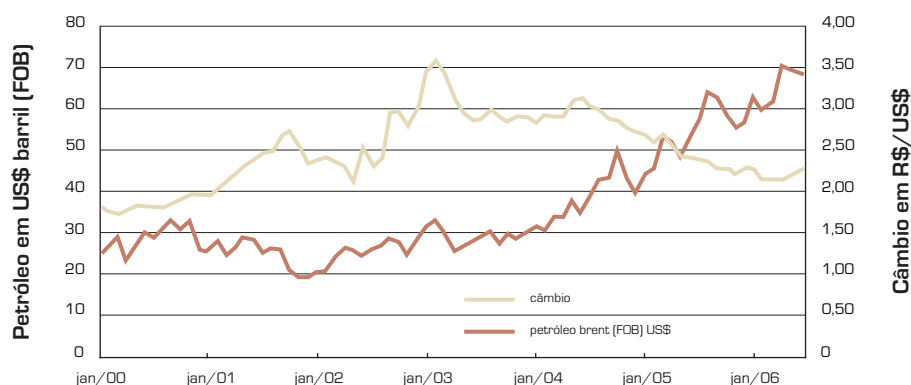
Nesse sentido, não há uma crise generalizada da agropecuária brasileira mas, sim, em segmentos como soja e algodão. Já para outros, como os oriundos da transformação da cana para indústria, a realidade revela dinamismo e expansão.

Se a taxa de câmbio atual estivesse em patamares muito mais elevados, o ritmo do avanço canavieiro seria muito mais intenso, com distorções estruturais mais pronunciadas na ocupação do espaço.

Petróleo

Como o câmbio não explica toda a crise da agropecuária, há que aprofundar a análise para verificar o significado de outros preços sobre a sua renda. As megalações de grãos e fibras são intensivas em mecanização e no uso de insumos. Loca-

Preços internacionais do petróleo tipo brent e da taxa de câmbio
Valores constantes de dezembro de 2004 deflacionada pelo IPCA do IBGE



Fonte: IPEADATA e Banco Central

lizadas no cerrado, há enormes distâncias a serem percorridas até os portos.

A demanda é alta em derivados de petróleo, com preços em ascensão, como no diesel nas operações da maquinaria no campo e no transporte rodoviário e em alguns fertilizantes e defensivos usados com grande intensidade.

A simples comparação entre os comportamentos dos preços internacionais do petróleo e da taxa de câmbio mostra um aumento mais expressivo para a *commodity* em comparação à valorização da moeda brasileira. A queda na taxa de câmbio do dólar não compensou o impacto nos custos agropecuários da majoração dos preços do petróleo.

Assim, fica nítido um componente estrutural da atual crise dos grãos e fibras que não será solucionado pela desvalorização cambial. Se mantidos os preços do petróleo em patamares elevados, as

pressões de custos serão muito mais expressivas.

No caso da soja, os preços do farelo e do grão seguem tendências similares. Até os primeiros meses de 2001 havia enorme coincidência entre as trajetórias da taxa de câmbio e dos preços internacionais. Depois, enquanto os preços continuaram em patamares similares até setembro de 2003, ocorreu progressiva desvalorização da moeda brasileira até a metade de 2004, com elevação os preços em moeda nacional obtidos nas exportações de soja.

No segundo semestre de 2004, os preços da soja caem e ficam pouco acima dos patamares históricos até junho de 2006. Entretanto, o recuo da taxa de câmbio valoriza a moeda brasileira e provoca queda dos preços obtidos pelos exportadores nacionais.

Há similaridade tanto dos patamares da taxa de câmbio quanto dos preços da

soja (farelo e grão), quando se compara o início da série (janeiro a dezembro de 2000) ao seu final (setembro de 2005 a junho de 2006). Como as exportações brasileiras avançam exatamente do início de 2001 em diante, fica nítido que o *boom* exportador da soja ancorou-se na desvalorização cambial.

A paridade entre os preços do petróleo e da soja no mercado internacional mostra que, de janeiro de 2000 a setembro de 2003, cada tonelada de soja comprava de 6 a 8 barris de petróleo, com variação em torno do mesmo patamar.

Na soja, quando seus preços internacionais avançaram entre setembro de 2003 e maio de 2004, o indicador de paridade dá um salto. Uma tonelada passa a comprar mais de 10 barris de petróleo. Desde então, a queda abrupta dos preços internacionais faz a paridade recuar até o segundo semestre de 2004. O aumento dos preços do petróleo ajudou arrastar para baixo a paridade. Em junho de 2006, uma tonelada de soja comprava 3 barris de petróleo, ou seja, menos de um terço da época de altos preços internacionais dessa leguminosa e também menos da metade da média verificada no período até setembro de 2003.

Como a elevação dos preços do petróleo impacta de maneira decisiva os custos de produção e transporte da soja, gera um componente estrutural negativo para a competitividade da lavoura nos cerrados.

No açúcar, após crescimento de seu preço entre janeiro a setembro de 2000, eles recuam de forma persistente até alcançar o patamar inicial em maio de 2003. Dessa data até março de 2004, apresenta novo movimento de aumento e diminuição. De abril de 2004 a junho de 2006, entretanto, ocorre um significativo movimento de alta, que triplicam os preços.

Enquanto o preço internacional do açúcar estava em patamares menores, a desvalorização cambial garantiu preço expresso em moeda brasileira mais remuneradora para os exportadores nacionais. Quando ocorre o período de valorização, o preço valoriza-se e mais que compensa as perdas com o câmbio.

No caso do algodão em pluma, a realidade se mostra oposta, muito similar à verificada com a soja. Seus preços internacionais variaram em torno do mesmo patamar em todo período, inclusive concatenados à taxa de câmbio. Recuaram de janeiro de 2001 a outubro de 2002 quando a taxa de câmbio se elevou. Houve ligeira convergência de alta das duas taxas de novembro de 2002 a maio de 2003 e, quando o câmbio se estabilizou até maio de 2004, os preços internacionais apresentaram acréscimo. Quando se verifica a valorização cambial até junho de 2006, os preços recuaram para seus patamares históricos e mantiveram um consistente padrão de estabilidade.

Mais uma vez, o câmbio sustentou preços remuneradores aos exportadores brasileiros de algodão no período de janeiro de 2000 a maio de 2004. Entretanto, ao contrário do açúcar, seus preços internacionais não cresceram de forma a compensar a valorização cambial.

A comparação da paridade dos preços internacionais do açúcar e da pluma de algodão com os do petróleo mostra comportamentos muito distintos em termos de trajetória, em especial no período posterior a maio de 2004, quando ocorre a valorização da moeda brasileira. A paridade dos preços do algodão em pluma, mantidos no mesmo nível, despencou em

relação aos preços do petróleo em elevação de forma significativa. Já a recente recuperação dos preços internacionais do açúcar elevou os indicadores de paridade. Com isso, as lavouras canavieiras não sofreram os impactos dos maiores preços dos combustíveis na rentabilidade econômica, com receitas superiores aos verificados nos custos operacionais de produção e transporte.

A questão crucial está em observar que, após a adoção da política de câmbio flutuante, de janeiro de 1999 em diante, até maio de 2004, a desvalorização cambial permitiu a obtenção de preços remuneradores e tornou atraentes os investimentos e a expansão de plantios, mesmo quando os preços internacionais não eram tão favoráveis.

Em certo momento, quando os preços internacionais das *commodities* agropecuárias aumentaram, a partir do segundo semestre de 2002, houve a convergência do clima de euforia. Uma sensação de que em poucos anos a agropecuária brasileira seria incontestável líder mundial na produção de grãos e fibras.

Vilão

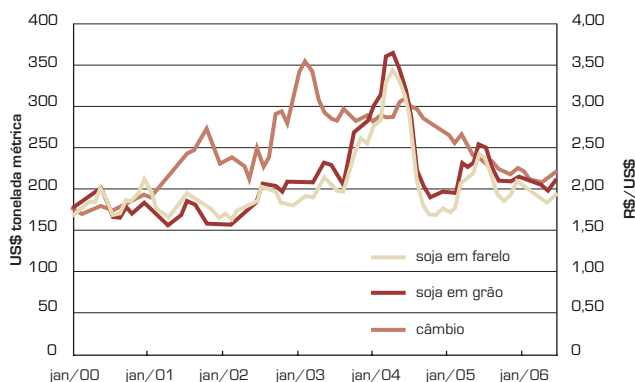
Por sua vez, as sucessivas securitizações das dívidas dos agropecuaristas, realizadas desde a metade dos anos 1990, e a absorção de parte dos ônus pelo Tesouro

Variação % dos preços das commodities nos mercados futuros

Commodities	Mercado	Julho de 2006	Acumulado 2006	Acumulado 12 meses
Açúcar	NY	3,49	16,33	68,24
Algodão	NY	-1,73	-0,22	2,32
Café arábica	NY	1,53	-0,54	-4,25
Café robusta	Lo	8,01	10,21	7,06
Cacau	NY	5,55	9,54	12,16
Suco Laranja CC	NY	2,97	29,05	59,76
Soja grão	CHT	0,22	-0,39	-13,77
Milho	CHT	3,19	20,96	4,59
Trigo	CHT	1,98	21,24	15,84
Borracha SM20	Malasia	-1,89	40,56	61,21
Boi	BM&F	7,64	11,16	8,88
Boi - em reais	BM&F	4,81	6,64	0,46

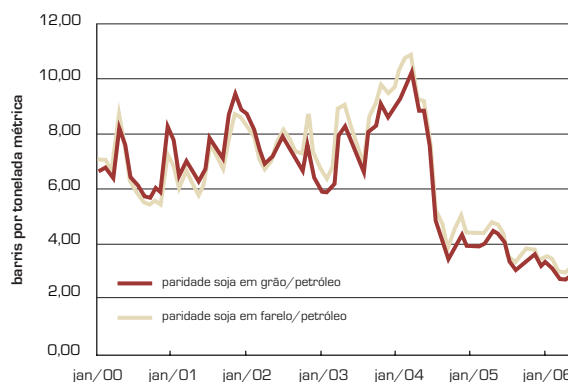
Fonte: IPEADATA e Banco Central

Paridade entre a soja (grãos e farelos) e os preços internacionais da soja e do petróleo



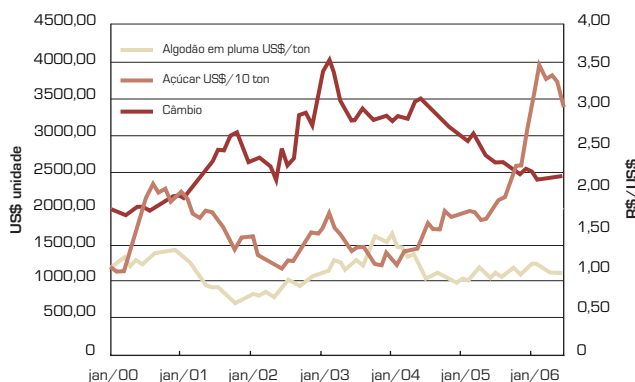
Fonte: IPEAdata e Bolsa de Chicago

Paridade entre a soja (grãos e farelos) e a taxa de câmbio



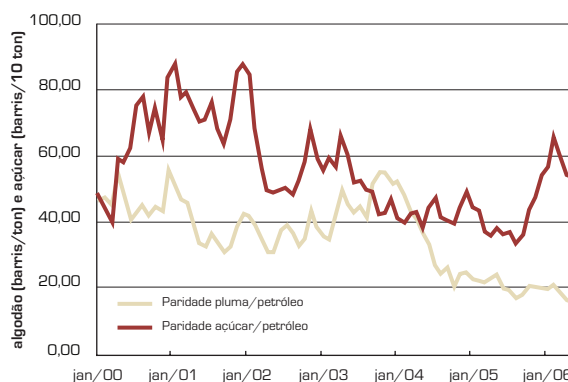
Fonte: Bolsa de Chicago de Banco Central

Preços do açúcar e do algodão em pluma e da taxa de câmbio



Fonte: New York Board of Trade (NYBOT) e Banco Central

Paridade do açúcar e algodão em pluma com o petróleo



Fonte: New York Board of Trade (NYBOT) e IPEAdata

Nacional, transformaram grande número de agropecuaristas em adimplentes e aptos a apostar no novo ciclo de expansão das lavouras de grãos e fibras.

O câmbio não é o único vilão da história. Há um elemento estrutural representado pela elevação dos preços do petróleo. Isso coloca no centro da crise a questão de custos com efeitos tecnológicos e locacionais relevantes. Por razões de competitividade ficam atrativas as plantações mais próximas dos portos e as opções ferroviárias e rodoviárias dentre os modos de transporte.

As pressões de custos em função dos aumentos dos preços do petróleo são generalizadas em todas as *commodities* produzidas pelas lavouras mecanizadas. Mais

uma vez, açúcar e álcool têm vantagens locais relevantes em função da distância até os portos.

O foco da crise não está apenas nas receitas reduzidas pela valorização cambial, mas nos custos de produção pela alta nos insumos derivados de petróleo, ainda que amortecida exatamente pela taxa de câmbio, sem o que adquiriria contornos mais dramáticos. Em termos de política macroeconômica, o problema deve ser solucionado pelo lado da taxa de juros, que inclusive terá algum efeito sobre a taxa de câmbio ao tornar menos atrativas entradas de capital especulativo.

Os modernos mecanismos de venda antecipada de safra e de emissão de derivativos agropecuários representados

pelos títulos financeiros poderão trazer dinheiro mais barato de capital para custeio numa situação de taxas de juros muito inferiores às atuais.

Mudanças no sistema tributário, como a adoção do imposto indireto sobre o valor adicionado com base no princípio do destino e não da origem, como acontece hoje, devem desonerar as exportações. Ao lado disso, repensar o padrão de cultivo insumo-intensivo, buscando outras opções tecnológicas, significa uma necessidade inexorável para a competitividade da agricultura brasileira. ■

* Pesquisador do Instituto de Economia Agrícola de São Paulo.

E-mail: sydy@iea.sp.gov.br

Laranja

Cessar-fogo

Evaristo Marzabal Neves*

Luciano Rodrigues**

VÁRIAS reuniões foram realizadas para definir o preço da caixa de laranja vendida pelo citricultor à indústria na safra 2006/07, iniciada em julho último. Poucos foram os avanços. A indústria insiste em vincular à pauta de discussão a ação de cartelização movida pelos citricultores no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 1999. Recentemente, a Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça realizou a apreensão de documentos, computadores e arquivos eletrônicos em escritórios de cinco empresas processadoras de suco, sob a alegação de formação de cartel e manipulação de preços por parte dessa indústria.

O mercado mudou com as tempestades tropicais e furacões no estado da Flórida nos últimos dois anos. Houve redução drástica na produção de laranja e queda nos estoques de passagem nos EUA. O reflexo foi uma valorização em real e redução nos estoques paulistas de suco, com a sinalização de uma oferta aquém da demanda mundial. As cotações internacionais de suco subiram.

Diante dessa conjuntura, busca-se estabelecer um piso e um bônus para compensar os citricultores pela alta registrada nos preços no mercado internacional, além da repactuação de contratos longos (3 a 5 anos, em média, em dólar), acordados antes da valorização do real no país.

Multa

Para o CADE, como a ação de cartelização e a repactuação de preços e contratos são assuntos diferentes, devem ser discutidos em fóruns diversos. Em fins de julho, a SDE e o Cade aplicaram multa

de R\$ 100 milhões à indústria, como exigência para dar início às negociações de um acordo entre governo e indústria. Foi a primeira vez que houve imposição de contrapartida financeira para assinatura de um Termo de Cessação de Conduta (TCC). Em troca, a indústria se livra da punição do processo administrativo que apura as acusações de prática contra a livre concorrência.

Para os citricultores (Faesp e Sindicato Rural), definida a punição, seria possível a criação de um novo modelo para a remuneração da citricultura. Do lado da indústria (Abecitrus), o estabelecimento de um piso para a safra 2006/07 é fundamental,

inclusive para iniciação de uma nova fase na busca da harmonização do setor.

Escassez

Neste momento, é fundamental o cessar-fogo, porque a safra já está em curso e o mercado dá sinais de escassez de suco de laranja para atender ao mercado consumidor mundial, tanto pelo Brasil como pelos Estados Unidos.

As exportações brasileiras de suco concentrado na temporada 2005/06 dá uma noção clara das mudanças geográficas com o crescimento das importações dos Oriente (basicamente China e Japão) e Outros (Oceania, oriente médio e leste europeu), em comparação com a União Européia e o Nafta (Acordo Norte-Americano de Livre Comércio - EUA, Canadá e México).

Nesta década, em termos absolutos, as exportações sofrem uma retração em seu início e alcançam a menor quantidade na safra 2001/02, para depois experimentar crescimento por três anos. Na safra 2005/06 houve retração em quantidade porém com faturamento maior, cresceu de

Brasil: Exportações de suco concentrado de laranja (em mil toneladas)

Safra	União Européia	Nafta	Ásia	Mercosul	Outros	Total
2000/01	791,2	208,2	92,0	4,0	28,1	1.123,5
2001/02	762,4	131,1	124,5	2,0	49,3	1.069,3
2002/03	867,2	231,3	126,2	0,7	59,5	1.284,9
2003/04	969,3	165,8	148,3	2,8	64,1	1.350,3
2004/05	978,9	212,7	148,8	1,9	68,9	1.411,2
2005/06	872,8	174,1	172,3	1,1	121,5	1.341,8

Fonte: Abecitrus, julho/2006

Brasil: Exportações de suco concentrado de laranja (em percentagem)

Safra	União Européia	Nafta	Ásia	Mercosul	Outros	Total
2000/01	70,4	18,5	8,2	0,4	2,5	100,0
2001/02	71,3	12,3	11,6	0,2	4,6	100,0
2002/03	67,5	18,0	9,8	0,1	4,6	100,0
2003/04	71,8	12,3	11,0	0,1	4,8	100,0
2004/05	69,4	15,1	10,5	0,1	4,9	100,0
2005/06	65,1	13,0	12,8	0,1	9,0	100,0

Fonte: Abecitrus, julho/2006

US\$ 1,112 bilhão na safra 2004/05 para US\$ 1,210 bilhão em 2005/06.

Entre as safras 2001/02 e 2004/05, os aumentos nas exportações foram puxados pelo crescimento nas importações efetuadas pela União Européia, Ásia, Oceania, Oriente Médio e, mais recentemente, o Leste Europeu. Já as importações do Nafta foram oscilantes.

Em termos relativos, há uma retração dos embarques para a Unidade Européia nas duas últimas safras e o Nafta na safra 2005/06. Por sua vez, a Ásia (basicamente China e Japão) e outros (Oceania, Oriente Médio e países do Leste Europeu) experimentam aumentos (relativos e absolutos), com evolução significativa no comparativo das duas últimas safras, principalmente países do Leste Europeu e Oriente Médio.

As quedas na União Européia e nos EUA são justificadas, respectivamente, por ajustes e adequação aos estoques internacionais e às recentes taxas *anti-dumping* impostas pelo governo norte-americano, com elevação dos preços do suco brasileiro em seu mercado.

Tendências

A partir dos danos e estragos causados pelas tempestades tropicais e furacões na Florida nos dois últimos anos, os preços internacionais do suco de laranja crescem, com a perspectiva de escassez de oferta para safras vindouras.

Segundo a Abecitrus, houve retração nas exportações de suco concentrado no 1º semestre em relação a igual período de 2005, compensada, porém, por preço médio maior no período que gerou maior captação de divisas.

A produção brasileira, principalmente a paulista, não consegue repor os estoques de segurança das indústrias. O processamento ficará entre 310 a 320 milhões de caixas na safra 2006/07, diante de uma possível disponibilidade de 360 milhões de caixas para atender aos mercados internacional e doméstico.

Segundo o Instituto de Economia Agrícola/IEA, a produção de laranja em São

Item	1º semestre		
	2005	2006	Var %
Preço por tonelada			
Bolsa de New York	US\$ 1.271,7	US\$ 2.012,5	58,2%
Exportação FOB Brasil	US\$ 724,3	US\$ 924,5	24,5%
Exportação / Brasil			
Receita	US\$ 399,9 milhões	US\$ 443,9 milhões	11,0%
Quantidade	707,0 mil t	651,4 mil t	-7,9%

Fonte: Abecitrus

Paulo é estimada em 356,9 milhões de caixas, apenas 1,4% maior que a obtida na safra anterior.

Na indústria, o volume a ser produzido passará de pouco mais de um milhão de toneladas e não suprirá os estoques necessários para cobrir a demanda das três últimas safras, uma vez que exportou mais entre 1,35 a 1,4 milhão de toneladas. As previsões são de que o déficit no estoque deverá ser maior, pois há previsão de exportação de toda a produção.

Para a Flórida a estimativa é de uma produção entre 160 a 165 milhões de caixas para 2006/07, pouco acima das 151 milhões registradas na safra recém-encerrada e das 149,8 milhões de caixas da safra 2004/05, considerada a menor safra dos últimos treze anos no estado.

A futura produção de laranja da Flórida poderá sofrer ainda perdas maiores. A temporada de furacões de 2006 promete ser uma das mais ativas dos últimos 23 anos. No início deste mês passou a tempestade tropical Chris.

Neste vaivém no balanço oferta-demanda americana por suco e as alterações nos preços, o consumo *per capita* nos EUA recuou de 5,3 galões para 4,6 galões nos últimos três anos.

Os movimentos de oferta e demanda nos EUA (Florida) e no Brasil (São Paulo) sinalizam redução na oferta de matéria-prima e nos estoques de passagem. Os preços altos da laranja acirra a competição interna pela fruta para atender tanto ao mercado externo como ao doméstico.

Prêmio

O momento é de cessar-fogo. Citricultores e indústria definiram o preço de US\$ 4 a caixa de 40,8 kg e mais o prêmio a

ser pago nos contratos de fornecimento da matéria-prima ao produtor de laranja para safra 2006/07.

Para o cálculo do prêmio, a indústria considera o preço do suco em New York, a taxa do dólar antes da passagem do furacão Wilma e o rendimento de 240 caixas para cada tonelada de suco produzida. O resultado dessa fórmula é o valor do bônus a ser pago aos produtores. A Abecitrus (Associação dos Citricultores) não reconheceu o acerto.

A Faesp (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo) e Abecitrus concordam com a criação de um fundo de fomento para o segmento. No início, tal fundo seria alimentado com os R\$ 100 milhões que a SDE e o CADE pediram à indústria no âmbito das negociações para encerramento da investigação da cartelização.

Este cessar-fogo poderá dar passagem à elaboração do Consecitrus, modelo de contrato que objetiva harmonizar as relações entre produtores e indústria. Essa decisão não é a “pá de cal” no desentendimento citricultor-indústria. Falta ainda adesão total por parte das representações dos citricultores.

A parceria entre os citricultores e a indústria, com o compartilhamento de cenários favoráveis e contrários, permite ao setor citrícola brasileiro se posicionar como líder mundial, situação jamais alcançada por qualquer outra *commodity* do agronegócio brasileiro, com uma participação acima de 80% de mercado e das transações mundiais. ■

*Professor titular da ESALQ/USP.

E-mail: emneves@esalq.usp.br

** Pós-Graduando em Economia Aplicada/ESALQ.

E-mail: lurodrig@esalq.usp.br

Florestal

Produção a todo vapor

Carlos José Caetano Bacha*
Gustavo Travizan Oliveira**

O SISTEMA Agroindustrial Florestal (SAG-Florestal) leva em conta o conjunto de atividades realizadas pela silvicultura e extração vegetal e pelos setores a elas vinculados

Nas “indústrias a montante” estão as empresas industriais de equipamentos e insumos, além de outras prestadoras de serviços para a extração vegetal e para a silvicultura. A produção florestal divide-se na exploração de matas nativas (extração vegetal) e plantadas (silvicultura).

A produção florestal divide-se em produtos madeireiros (lenha, carvão e toras) e produtos não-madeireiros (como serviços ambientais, folhas, raízes, gomas, por exemplo). Esses produtos são transforma-

dos ou diretamente consumidos. Alguns produtos transformados são reprocessados. Todo o sistema é supervisionado por entidades privadas e públicas.

Um exemplo da sequência de atividades é a Caterpillar do Brasil na produção de tratores utilizados na extração de toras de florestas nativas, transformadas em pranchas nas serrarias e utilizadas na indústria moveleira. A produção desses tratores da Caterpillar insere-se no segmento 1, a produção de toras no segmento 2, a produção de madeira serrada no segmento 3 e a de móveis no segmento 4. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) supervisiona as atividades feitas pelos extratores e indústrias de

transformação da madeira. O Ibama é uma instituição pública regulatória.

Madeira

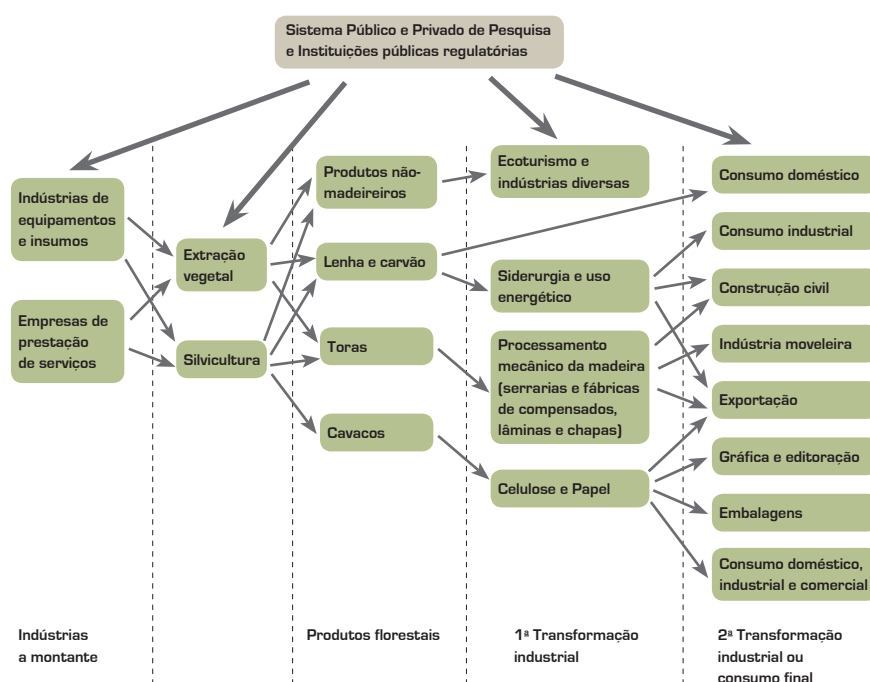
Excluindo a produção de produtos não-madeireiros do segmento 2 e as indústrias a ele relacionadas no segmento 3, tem-se o SAG-madeira, ou seja, o sistema agroindustrial da madeira. Portanto, o SAG-madeira é parte do SAG-florestal.

Diversas atividades do SAG-Florestal não podem ainda ser dimensionadas na economia brasileira. É o caso das indústrias a montante, de parte da produção não madeireira e do eco-turismo. Devido a isso, as informações abaixo mencionadas referem-se à parte do SAG-Madeira.

Os produtos florestais madeireiros e a primeira transformação industrial representaram 3,26% do PIB brasileiro em 1995 e 3,06% em 2000. Eles também geraram US\$ 7,7 bilhões em exportações em 2005, equivalentes a 6,7% das exportações brasileiras. O saldo comercial (exportações menos importações) do SAG-madeira foi de US\$ 6,7 bilhões em 2005. Além disso, o SAG gerou 1,45 milhão de empregos por ano no período de 1993 a 1995.

Ao longo dos últimos 24 anos, é crescente a importância do SAG-Madeira no comércio exterior do Brasil, em especial nas exportações. Em 2005, as atividades do SAG geraram, no mínimo, US\$ 7,7 bilhões de exportações, equivalentes a 6,7% das exportações brasileiras. Em 1980, foram exportados US\$ 1,09 milhão, equivalentes 5,42% das exportações brasileiras.

Tanto as exportações quanto as importações tiveram grande crescimento. A valorização cambial ocorrida nos últimos



Fonte: SAG-Florestal



Foto: Mariani Malinowski

três anos afeta as exportações do SAG-Madeira de modo diferente. A maioria das indústrias exportadoras do SAG-Madeira ampliaram o valor exportado em 2005 em relação a 2004, exceto a de painéis de madeira. Esta última tem direcionado maior parcela de sua produção a atender o mercado doméstico.

Os principais setores exportadores do SAG-Madeira em ordem decrescente são: celulose, papel e papelão, outros produtos, painéis à base de madeira, produtos siderúrgicos à base de carvão vegetal, madeira serrada, madeiras em toras, carvão e lenha. Os principais setores importadores do SAG-Madeira em ordem decrescente são: papel e papelão,

celulose, outros produtos, madeiras em toras e carvão.

Nos anos 2000, o SAG-Florestal mantém uma expressiva participação nas exportações brasileiras, superior à sua participação no PIB. No entanto, a continuidade dessa importância dependerá da manutenção de sua competitividade, a qual passa pela expansão da produção florestal, em especial da de madeira plantada. Esta, no entanto, não tem sido feita a contento, havendo na atual década uma escassez de madeira e a conseqüente alta de seu preço. ■

*Professor titular do Departamento de Economia, Administração e Sociologia, ESALQ/USP

** Acadêmico do curso de Ciências Econômicas ESALQ/USP

Exportações e importações do SAG Madeira* (Brasil, em milhões de US\$)

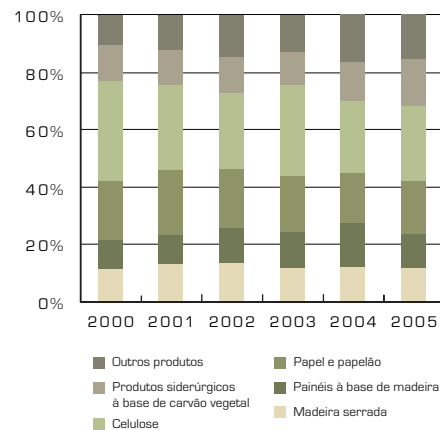
Produto	Total do SAG madeira	Participação no Brasil [%]
1980 Exportação	1.090,30	5,42
1980 Importação	274,87	1,2
1990 Exportação	2.034,80	6,48
1990 Importação	236,69	1,15
2004 Exportação	6.881,41	7,13
2004 Importação	833,98	1,33
2005 Exportação	7.651,3	6,74
2005 Importação	940,83	1,28

Fonte: MDIC.

* Inclui apenas as exportações e importações de produtos florestais in natura e semiprocessados e os oriundos da primeira transformação industrial.

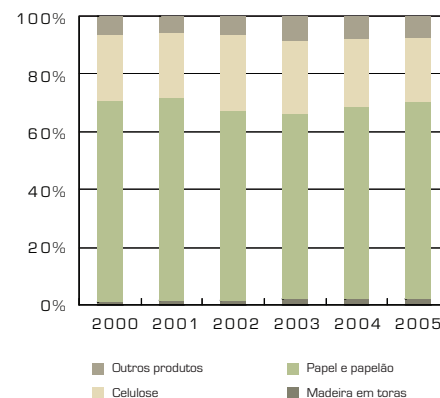
** Considerou-se apenas a parcela exportada de ferro-ligas e ferro-gusa que foi elaborada com carvão vegetal.

Participação dos setores florestais na exportação do SAG Madeira



Fonte: MDIC

Participação dos setores florestais na exportação do SAG Madeira



Fonte: MDIC

Florestal

Mercado de madeira serrada

Patrícia Lombardi Perez *
Carlos José Caetano Bacha**

A INDÚSTRIA de madeira serrada brasileira, obtida pelo desdobramento direto de toras em serras, com espessura superior a cinco milímetros, juntamente com a indústria de painéis à base de madeira, destaca-se entre os produtores de produtos sólidos de madeira.

Os produtos elaborados pela indústria de madeira serrada são produzidos com a utilização de madeiras provenientes de

No Brasil, a araucária e o *pinus* constituem as árvores mais utilizadas de coníferas; enquanto que o mogno, o cedro e o eucalipto constituem bons exemplos de não-coníferas. Os formatos e dimensões das peças de madeira serrada implicam diferentes usos, entre os quais, a produção de dormentes, madeira aplainada, beneficiada, semi-elaborada, vigas, pranchas, pontaletes, sarrafos e perfis. A

Pinus

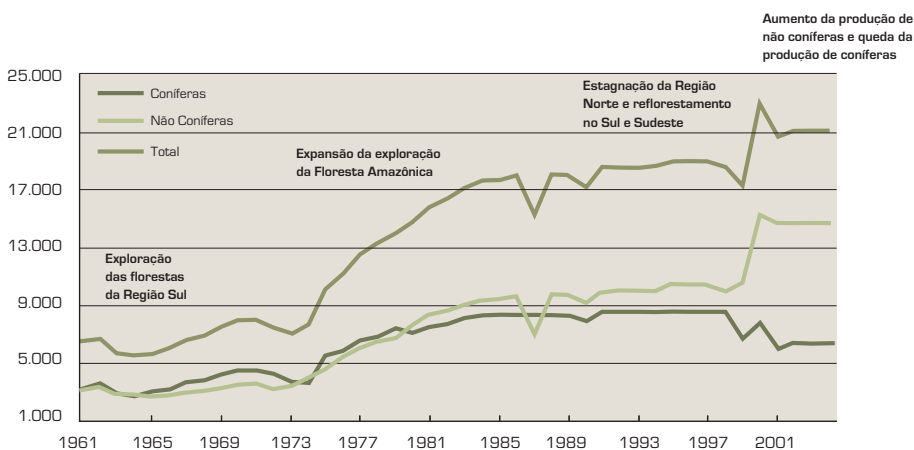
A produção nacional de madeira serrada cresce substancialmente à taxa anual de 1,35% contra uma taxa de -0,57% na produção mundial, no período de 1990 a 2004, com destaque para a participação da madeira de *pinus* nesse cenário. O Brasil ainda não possui uma grande parcela da produção mundial de madeira serrada. Em 1990, a sua participação respondeu por apenas 2,38% da produção mundial de serrados provenientes de coníferas e por 7,02% de madeira serrada de folhosas. Em 2004 essas percentagens foram 2,08% e 14,37%, respectivamente.

Balança comercial

O Brasil tem uma participação pequena nas exportações mundiais de serrados. Em 1990, o Brasil respondia por apenas 0,8% das exportações mundiais de serrados provenientes de coníferas e por 2,82% das exportações mundiais de serrados de folhosas. Em 2003, essas percentagens foram 1,19% e 8,23%, respectivamente. No entanto, o volume exportado vem apresentando altas taxas de crescimento em relação aos demais países exportadores. De 1990 a 2004, a taxa de crescimento anual das exportações brasileiras de madeira serrada de coníferas foi de 18,43% contra 3,85% de crescimento das exportações mundiais desse produto. Com relação às exportações de madeira serrada proveniente de folhosas, o crescimento anual no Brasil foi de 9,00% versus 2,68% das exportações mundiais no período de 1990 a 2004.

Estudos mostram uma correlação entre a taxa de crescimento do comércio internacional de produtos madeiros

Brasil: Evolução da produção de madeira serrada (em 1.000 m³)



coníferas, comercialmente classificadas como *softwood*, de cor clara, macia, fibra longa e densidade uniforme. A árvore desenvolve-se em regiões de clima temperado. As madeiras originadas de não-coníferas ou folhosas (*hardwood*) são duras, de fibra curta, com cor e densidade variada, sendo encontrada em regiões de clima temperado e tropical.

indústria moveleira é o principal destino dessa produção, seguida pela construção civil e pelas indústrias de embalagem. Ainda há outros setores que utilizam os produtos provenientes da madeira serrada, como o de artefatos de madeira, decoração, artesanato e confecções de *pallets*, porém suas participações são pequenas no consumo total.



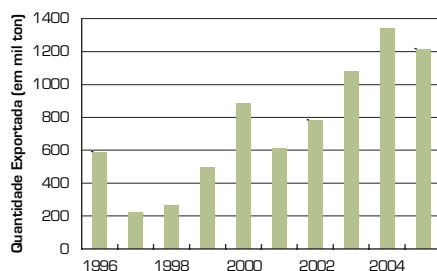
Foto: Mariani Malinowski

e a taxa de crescimento da exportação brasileira. Historicamente, a participação da madeira serrada nas exportações brasileiras foi, em 1970, de 2,95%, para 1,20% em 1985. Em 2000 houve recuperação, quando alcançou 2,24% do montante total exportado pelo Brasil. Esse declínio em meados da década de 1980 é resultado da restrição de importação de máquinas para o processamento de madeira atribuída a uma medida do governo brasileiro.

A exportação de madeira serrada de folhosas em 1996 foi de aproximadamente 5,89 milhões de toneladas, passando para 12,15 milhões de toneladas em 2005, ou seja, um crescimento de 106%.

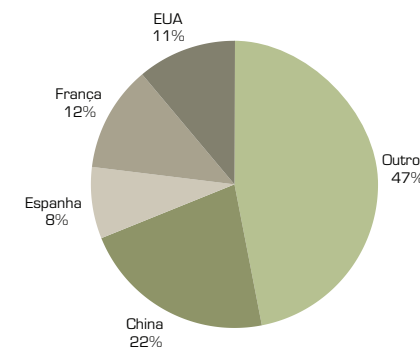
Em 2004, os maiores importadores da madeira serrada brasileira proveniente de folhosas foram China, França, Estados Unidos e Espanha, respectivamente. A madeira serrada exportada para a China é utilizada na produção de pisos maciços. Para o mercado asiático, a tendência é diminuir a quantidade exportada de madeira serrada e aumentar as de pisos maciços pré-acabados e acabados, com a inserção dos Produtos de Maior Valor Agregado (PMVA) no mercado.

Evolução das exportações de madeira serrada de folhosas de 1996 a 2005



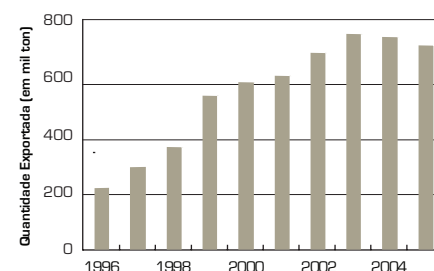
Fonte: Secretaria de Comércio Exterior

Principais destinos das exportações de serrados de folhosas em 2004



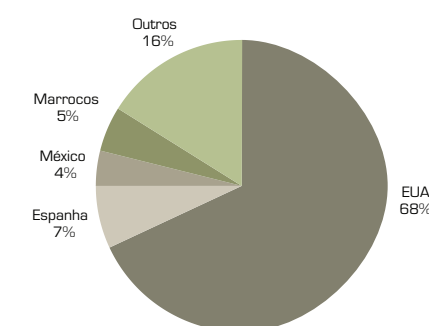
Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente

Evolução das exportações de madeira serrada de coníferas de 1996 a 2005



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior

Principais destinos das exportações de serrados de coníferas em 2004



Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente

Cronologia da produção



As exportações de madeira serrada de coníferas cresceram de 2,25 milhões toneladas em 1996 para 7,4 milhões de toneladas em 2005, com um significativo crescimento de 229%, devido principalmente às crescentes restrições ambientais ao consumo de madeiras nativas por parte de alguns países.

Entre os principais destinos da madeira serrada brasileira de coníferas em 2004, o grande destaque são os Estados Unidos, com um aquisição de 68% da exportação brasileira de madeira serrada de coníferas.

Consumo

As importações de madeira serrada são pouco expressivas quando comparadas ao montante proveniente da produção nacional. Em 2004, as importações equivaleram a 0,62% da produção nacional, das quais 66% da madeira serrada importada eram originadas de folhosas vindas principalmente da Bolívia e Paraguai e os 34% restantes são correspondentes às madeiras de coníferas, cuja origem predominante é a Argentina. Há a expectativa de que este comércio com a Argentina se fortaleça nos próximos anos, devido a limitações das fontes domésticas de oferta de madeira de *pinus*.

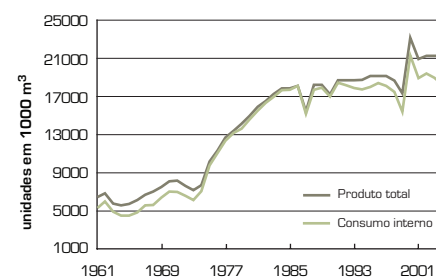
O consumo interno de madeira serrada é calculado como sendo a produção nacional acrescida da exportação e descontada a importação. Trata-se do cálculo do consumo aparente, supondo que os estoques inicial e final são iguais.

No período de 1975 a 1991 o consumo nacional igualava-se à produção, sem haver grande excedente para exportação. A partir de 1992 começa a crescer o excedente para exportação à medida que a produção ultrapassa o consumo. O consumo interno aparente de madeira serrada em 2004 foi de 18,17 milhões de metros cúbicos, correspondente a 85,70% da produção total. Desse volume consumido no ano de 2004, cerca de 71,54% eram provenientes de madeira de folhosas e os outros 28,46% provenientes de coníferas. Em 1961, 59,2% das madeiras consumidas eram originárias de folhosas e 40,8% tinham origem de coníferas.

O aumento da produção interna nas últimas quatro décadas explica a mudança nessas relações. Em 1961, foram produzidos 6,4 milhões de metros cúbicos de serrados, sendo que 50,8% da produção eram provenientes de coníferas e 49,2% tinham origem de folhosas. Já em 2004 a produção totalizou 21,2 milhões de metros cúbicos (30,2% provenientes de coníferas e 69,8% originárias de folhosas).

A indústria de madeira serrada passa por expressivas mudanças, quer do ponto de vista geográfico como do de uso de espécies ao longo das décadas. Após a exploração destrutiva dos pinheiras na Região Sul (até a década de 1960) e das florestas amazônicas (nas décadas de 1970 a 1980), um novo padrão tem ocorrido: exploração de essências exóticas (eucalipto e *pinus*) nas regiões Sul e Sudeste e de folhosas de nativas na Região Norte.

Evolução da produção e consumo interno de madeira serrada no Brasil de 1961 a 2004



Fonte: Food and Agriculture Organization of United Nations

to e *pinus*) nas regiões Sul e Sudeste e de folhosas de nativas na Região Norte.

A sustentabilidade da indústria madeireira da Região Norte está comprometida pela tradicional característica de destruição das florestas em que se baseia. Na regiões Sul e Sudeste a questão não é a de destruição das florestas mas, sim, da insuficiência de plantios, que causa escassez de madeira. Assim, é necessário que se criem mecanismos de estímulo ao uso racional de florestas no Norte do Brasil e de plantio de florestas no Sul e Sudeste para que a indústria de madeira serrada possa continuar a crescer. Outro desafio à indústria de madeira serrada é a melhoria do padrão tecnológico, para evitar o desperdício de madeira. ■

* Graduanda em Ciências Econômicas, ESALQ/USP

** Professor titular do Departamento de Economia, Administração e Sociologia, ESALQ/USP

Florestal

Os canais de distribuição

Patrícia Lombardi Perez *

Carlos José Caetano Bacha**

A MADEIRA serrada é obtida pelo desdobro direto de toras em serras, com uma espessura superior a 5 mm. Ela se classifica segundo a espécie da árvore utilizada, conífera *versus* não conífera (ou folhosa), o formato e as dimensões das peças. Exemplos de madeira serrada são os dormentes, madeira aplainada, beneficiada, semi-elaborada, vigas, pranchas, pontaletes, sarrafos e perfis, sejam de espécies coníferas (como *pinus*, pinheiro, por

exemplo) ou de espécies folhosas (como mogno, cedro e eucalipto, por exemplo).

A indústria moveleira é o principal destino da madeira serrada, seguida pela construção civil e pelas indústrias de embalagem. Com participações pequenas no consumo total há ainda outros setores, como o de artefatos de madeira, decoração, artesanato e confecção de *pallets*.

Em âmbito nacional, a comercialização da madeira serrada não é padronizada,

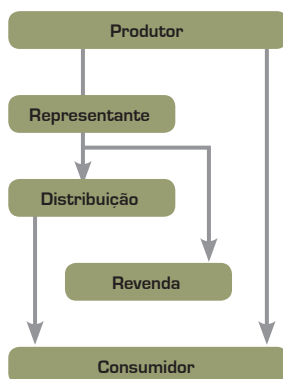
apesar de ser ampla e aplicável a diversos tipos de segmentos consumidores. A negociação mais comum é a direta entre produtores e consumidores, principalmente nas indústrias moveleira, de embalagens e construção civil. Pequenos consumidores, normalmente, adquirem a madeira de distribuidores ou representantes responsáveis pela divulgação do produto.

Conforme os dados da Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (Abimci), praticamente 99% das unidades industriais produtoras de madeira serrada no Brasil são de pequeno porte. Como a produção é bastante pulverizada, os canais de vendas interno e externo da madeira serrada brasileira ficam centrados na figura do representante.

Os principais consumidores de madeira serrada no Brasil são:

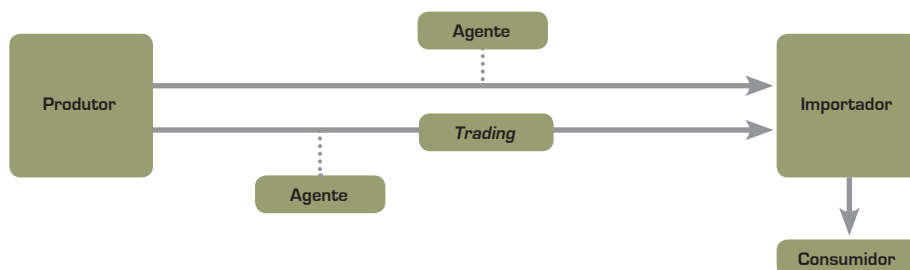
1. Indústria da Construção Civil: construtores de pequeno porte adquirem a madeira serrada de grandes distribuidores, enquanto médios e grandes construtores negociam a madei-

Cadeia de distribuição na exportação de serrados



Fonte: Delepinasse e Bonse (2002)

Cadeia de distribuição interna dos serrados



Fonte: Delepinasse e Bonse (2002)



Foto: Mariani Malinowski



Foto: Mariani Malinowski

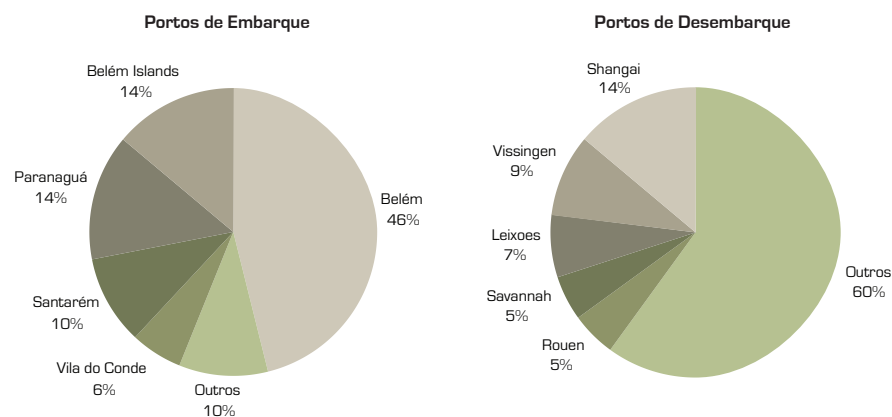
ra diretamente com os produtores (serrarias).

2. Indústria de Embalagens: normalmente as empresas fabricantes de embalagens adquirem a madeira serrada diretamente com os produtores.
3. Indústria Moveleira: a aquisição da madeira ocorre principalmente nos produtores, mas em alguns casos de pequenos fabricantes de móveis há a intermediação de distribuidores.

As vendas externas de madeira serrada estão centradas na figura de agentes comerciais ou *tradings* pelo fato de a produção ser pulverizada predominantemente entre pequenas e médias serrarias. Normalmente, as *tradings* compram a produção do fabricante para revendê-la a um importador que se encarrega da distribuição aos consumidores finais. Já as grandes serrarias procuram estabelecer canais de comercialização mais diretos com o consumidor final de seus produtos.

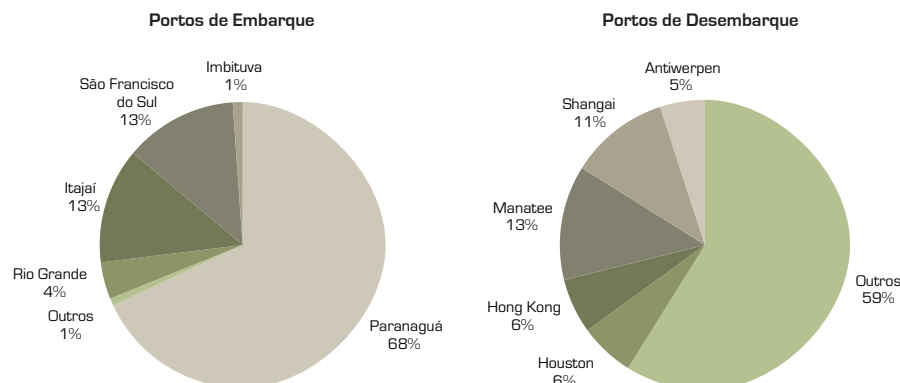
O escoamento de serrados no mercado interno ocorre, quase em sua totalidade, por meio do transporte rodoviário. O Porto de Paranaguá é o principal local de embarque da madeira serrada proveniente de coníferas, enquanto o porto de Belém é o ponto de embarque predominante dos serrados de folhosas tropicais. Os portos de desembarque das madeiras exportadas são bastante distintos e espalhados pelo mundo, com mais destaque para aqueles localizados nos principais países importadores da madeira serrada brasileira. ■

Portos de embarque e desembarque das exportações de madeira serrada de folhosas em 2004



Fonte: ABIMCI

Portos de embarque e desembarque das exportações de madeira serrada de coníferas em 2004



Fonte: ABIMCI

* Graduanda em Ciências Econômicas, ESALQ/USP

** Professor titular do Departamento de Economia, Administração e Sociologia, ESALQ/USP

Florestal

Como as serrarias formam seus preços

Patrícia Lombardi Perez *
Carlos José Caetano Bacha**

NO ESTADO de São Paulo, para definir os preços, as próprias serrarias levam em consideração seus custos administrativos e de produção. Quando os custos variam, há alteração do preço de tabela de acordo com a situação do mercado.

Os ofertantes de madeira serrada, especialmente os que comercializam pranchas de eucalipto, são os mais influentes na determinação do preço do produto. Trata-se de elementos ativos com alta taxa de propensão para alterar a curva de oferta quando há modificação nos itens da planilha de custos, como o preço da tora de madeira, fretes, salários pagos à mão-de-obra e o preço da energia elétrica.

Nos últimos anos, os custos de legalização da exploração madeireira, principalmente da exploração das florestas nativas do Estado do Pará, têm aumentado substancialmente. Cerca de 80% das serrarias repassam as despesas com essas taxas para o preço de venda do produto. Como esse custo é maior que o custo da madeira em si, ocorre um progressivo aumento da ilegalidade, que provoca distorção no mercado. Uma vez que, dificilmente, as multas resultam em pagamentos, aqueles que optam pela corrupção obtêm vantagens na comercialização da madeira serrada ilegal.

As serrarias do Estado do Pará frequentemente estão organizadas em associações ou sindicatos regionais que estipulam os preços a serem praticados. A maioria das negociações é realizada mediante pagamento a prazo, o qual varia em média de 30 a 90 dias. Em caso de compras à vista, são concedidos descontos de 3 a 5%. Impostos e taxas normalmente já estão

incluídos no preço e o frete é pago pelo comprador.

Não há, de modo geral, formalização na forma escrita de contratos de venda de madeira serrada pelas serrarias. A relação entre produtor e consumidor é informal, tendo como base a confiança, já que grande parte dos compradores são clientes de longa data.

No mercado internacional, os produtores brasileiros são tomadores de preços. Na condição de pequeno *player*, o Brasil



Foto: Mariani Malinowski

fica em posição vulnerável às oscilações nos mercados. O País é considerado o fornecedor da madeira mais barata do mercado, mas com baixa qualidade e baixa confiança.

A baixa confiabilidade diz respeito ao não cumprimento dos prazos de entrega devido às desculpas corriqueiras dos fornecedores, como problemas de sazonalidade, feriados nacionais e greves. O descontentamento com relação à qualidade é geral. Cerca de 15% a 20% de todas as remessas de madeira serrada são de qualidade inferior. Isso é resultado da baixa

oferta de financiamento para estimular investimento em novas tecnologias que visem a satisfação das preferências dos consumidores internacionais. Os contratos e acordos, normalmente, são de curta duração, para tentar evitar danos provenientes das constantes flutuações nas taxas de câmbio e no juro. No entanto, a adoção de uma postura por parte do produtor que favorece o cliente internacional tem construído relacionamentos duradouros e flexíveis.

A pulverização da produção e a falta de padrões rígidos de classificação do produto impedem uma formalização maior na comercialização de madeira serrada. Daí, a grande presença do intermediário, responsável por grande parte da comercialização, e a falta de estímulo à modernização das serrarias.

Um ponto essencial para a indústria tratar no presente é a escassez de madeira e o comprometimento de sua viabilidade no futuro. Para tanto, é necessário estabelecer plantios próprios ou acordos com grandes empresas reflorestadoras (que plantam para consumo próprio, mas apresentam excedentes a ofertar no mercado, como as empresas de celulose e papel) de modo a garantir suprimento futuro de madeira. Ao mesmo tempo, as serrarias que usam madeira de florestas nativas devem precaver-se com o estímulo ao estabelecimento de explorações de impacto reduzido que garantam a conservação das florestas. ■

* Graduanda em Ciências Econômicas, ESALQ/USP

** Professor titular do Departamento de Economia, Administração e Sociologia, ESALQ/USP

Açúcar e álcool

Mapa dos investimentos

DOS 89 projetos de construção ou expansão de usinas de açúcar e álcool a serem concluídos no país até 2010, 31 estão em execução e montagem (16 em São Paulo, quatro em Goiás, três em Minas, três em Mato Grosso, três em Mato Grosso do Sul, uma no Paraná e uma no Rio Grande do Sul), segundo levantamento da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica).

A cana-de-açúcar avança rapidamente sobre extensas áreas dessas regiões, ocupando terras antes destinadas a grãos e pastagens. Além do bom momento vivido pelo setor, a crise da soja e da pecuária contribui para esse crescimento. Isso provocou a valorização das terras e levou proprietários rurais a investirem em tecnologia para elevar a produtivi-

dade e tornar viável economicamente as propriedades.

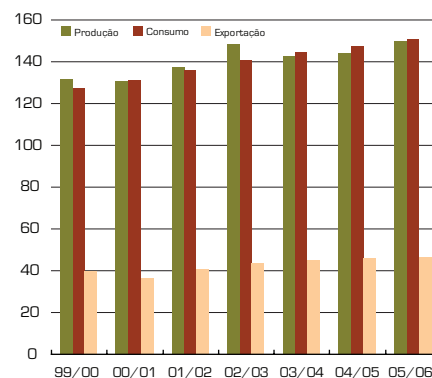
Da safra 2006/07 a 2009/10 a área atual de cana-de-açúcar de 6,0 milhões de hectares terá um aumento de aproximadamente 2,7 milhões de hectares. A produção no período deverá saltar dos 425 milhões de toneladas para algo em torno de 550 milhões de toneladas.

Onda de US\$ 5 bi

Os investimentos totais são estimados em cerca de US\$ 5 bilhões. Existem vários projetos de expansão. Na atual safra, duas dezenas de novas usinas devem entrar em operação no Centro-Sul e no Centro-Oeste do Brasil.

O apetite dos investidores continua estimulado pela aquecida demanda por

Mundo: produção, consumo e exportação de açúcar (milhões de t)



Fonte: ISO

açúcar e álcool no mercado internacional, com ótimos preços em ambos os casos. No do álcool, especificamente, os maio-



res consumo e cotações são estimulados pelos sucessivos aumentos dos preços do petróleo, que em vários países motivaram programas de mistura do etanol em combustíveis.

É a segunda onda de investimentos no setor sucroalcooleiro brasileiro. A primeira “febre” ocorreu na década de 1970, com o Proálcool. O perfil dos investidores varia. Existem os usineiros tradicionais e os

produtores de aguardente que decidiram investir em uma destilaria, estimulados pela boa fase da cana, até a construção de novas usinas

Porém, muitos produtores de grãos, desestimulados pela crise que os afeta, firmam parceria com usineiros para investir em cana. Recente caso foi a associação do grupo Maeda, um dos maiores produtores de algodão do país, com a usina pau-

Brasil domina o mercado de açúcar

Responsável hoje por 40% da exportação mundial de açúcar, o Brasil dominará o mercado mundial do produto nos próximos dez anos, de acordo com relatório da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, que reúne países desenvolvidos) e da FAO (Organização para a Agricultura e Alimentação), ligada à Nações Unidas.

As organizações projetam exportações crescentes para o açúcar bruto e refinado brasileiro até 2015. Isso solidificará a posição dominante do país neste mercado. A maior demanda por etanol não deve prejudicar muito o crescimento da produção e exportação de açúcar.

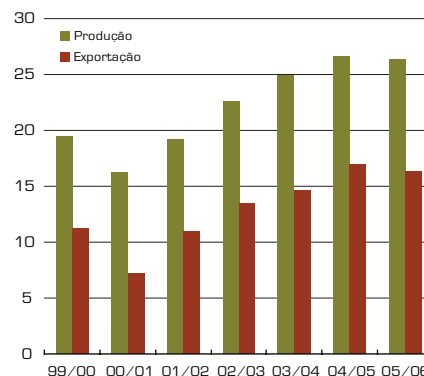
O preço do açúcar continuará elevado até boa parte do ano que vem, uma vez que a queda na produção da União Européia (UE) contribuirá para o quarto ano seguido de déficit na relação oferta e demanda.

O preço do açúcar não refinado (demerara) poderá alcançar a cotação média de US\$ 385,80 por tonelada (17,5 centavos de dólar por libra-peso) no ano comercial. Em Nova York, os contratos futuros de açúcar não refinado subiram 81% em 12 meses e atingiram a média de 14,04 centavos de dólar por libra-peso.

Os preços do açúcar aumentam em um momento em que a UE reduz sua produção de beterraba (a partir da qual é fabricado o açúcar no bloco de países) e abre caminho para que as importações de açúcar disparem em mais de 75 por cento até 2015. A UE está reduzindo os preços de garantia do açúcar pagos aos agricultores para poder cumprir uma decisão adotada no ano passado pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Os preços do açúcar refinado (ou branco) também sobem e alcançam a média de US\$ 418,90 a tonelada no ano que se iniciará em 1 de setembro próximo. O açúcar branco aumentou 75 por cento em Londres nos últimos 12 meses e atinge a média de US\$ 373,74. Apesar disso, até o ano de comercialização de 2015/16, o açúcar não refinado terá recuado para a cotação de US\$ 263,50 por tonelada e o açúcar refinado terá caído para US\$ 307,50 por tonelada.

Brasil: produção e exportação de açúcar (milhões de toneladas)



Fonte: UNICA

lista MB para a construção de uma planta em Goiás.

Estrangeiros

Há também aportes pesados de grupos estrangeiros e de fundos de investimentos, que já somam cerca de 5% da produção nacional da cana – cerca de 20 milhões de toneladas –, segundo a Unica.

A entrada de estrangeiros no ramo teve início no ano 2000, com a aquisição da usina Cresciumal, de Leme (SP), pelo grupo francês Louis Dreyfus. No ano seguinte, o grupo Tereos (ex-Beghin-Say) adquiriu a Açúcar Guarani, com duas usinas de açúcar e álcool no estado de São Paulo. Atualmente, o grupo Louis Dreyfus conta com três unidades produtoras e tem mais um projeto em andamento. O Tereos tem duas unidades em operação e outra em construção.

Outros grupos estrangeiros anunciaram sua entrada no país nos últimos meses, como o caso da argentina Adeco Agropecuária, com uma usina em Minas Gerais, e do fundo de investimento Infinity Bio-Energy, que incorporou o fundo Evergreen, controlador de três usinas no país. Até dezembro, o fundo BDF, cujo um dos sócios é o banco francês Société Générale, deverá adquirir duas usinas sucroalcooleiras. ■

Açúcar e álcool

Febre do etanol

AS EXPORTAÇÕES brasileiras de álcool deverão alcançar 3,5 bilhões de litros em 2006, ante 2,6 bilhões registrados no ano passado, conforme estimativa da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica). O número supera estimativas feitas no primeiro trimestre, quando se esperava manter o volume embarcado em 2005.

A expansão ocorrerá devido ao aquecimento da demanda dos EUA, por conta da nova legislação que torna obrigatória a substituição do aditivo MTBE, considerado poluente, por álcool na gasolina.

Em julho, os embarques atingiram o recorde de 500 milhões de litros, sendo que 84% desse volume foram para os EUA e o restante para países do Caribe – que reexportam com isenção tarifária

para o mercado americano. De acordo com dados da Secex, em receita as exportações cresceram 285% em julho, ante igual mês de 2005, alcançando US\$ 289 milhões.

No mercado interno, o consumo está menor este ano, por conta do aumento nos preços do combustível nos postos. As indústrias têm capacidade para produzir 18 bilhões de litros/ano.

Vício americano

A “bolha” criada na demanda mundial pelos EUA vai se extinguir à medida que o país acelera seu programa de instalação de usinas de álcool de milho, com mais de 90 projetos em andamento.

Há interesse do governo americano em retomar no Congresso o projeto de lei

Brasil: oferta e demanda de álcool – 2005 (em milhões de litros)

Produção	16.500 a 17.500
Consumo interno	13.500 a 14.000
Exportação	3.500

Fonte: Agroanalysis

que retira a tarifa de US\$ 140 por metro cúbico sobre o álcool brasileiro.

Em 31 de janeiro, o presidente dos EUA, George W. Bush deu um puxão de orelha no povo americano por ser “viciado em petróleo” e sugeriu ao país que buscasse no álcool, ou etanol, a cura.

A Ford, a General Motors e a Daimler Chrysler vão dobrar a produção de veículos bicompostíveis, ou *flex*, nos EUA. A varejista Kroger já vende combustível mesclado com etanol em sua rede de postos. Duas produtoras de álcool abriram seu capital nas bolsas, algo inédito desde os anos 80. Nas 500 Milhas de Indianápolis todos os carros da corrida no próximo ano vão rodar com uma mescla de combustíveis de origem vegetal.

O etanol poderia substituir mais de um terço da sede de gasolina do americano já em 2025 (o nível hoje é de 3%). Dos 170.000 postos de gasolina dos EUA, somente cerca de 800 vendem álcool.

Com a recente alta na demanda, o preço do etanol subiu ao mesmo nível da gasolina convencional em alguns lugares dos EUA, apesar dos generosos subsídios do governo que datam dos anos 80.

O orçamento do governo Bush para o exercício fiscal que começa em 1º de outubro propõe menos de US\$ 500 milhões em investimento federal na pesquisa de combustíveis alternativos – menos da metade do que os americanos gastam por dia em gasolina.

Ainda que a produção de etanol atinja números otimistas, projeções apontam para uma forte alta do consumo total de combustíveis no país nos próximos anos se a população norte-americana não começar a usá-los de modo mais eficaz. ■

Boa alternativa para os emergentes

O número de carros sobe exponencialmente na Índia, China e América Latina. Nos últimos cinco anos o número de carros particulares na China passou de 6,25 milhões para 17 milhões. Os indianos compraram 1,2 milhão de carros em 2005 e o número deve aumentar 10% ao ano no próximo quinquênio.

Em janeiro, a Honda começou a vender a versão híbrida de seu bem-sucedido modelo Civic, em uma das cidades mais poluídas do mundo, a Cidade do México. Foi o primeiro país da América Latina a ter híbridos disponíveis a venda. A Honda espera vender 450 unidades, número pequeno, mas que representa um começo. No primeiro semestre de 2006, ela vendeu 15.755 unidades do mesmo modelo nos Estados Unidos.

A Toyota espera vender cerca de 3 mil unidades de híbridos Prius na China neste ano. A meta é bem modesta, se comparada às vendas mundiais. No primeiro semestre de 2006, a Toyota vendeu 48.156 unidades do mesmo modelo nos Estados Unidos.

O Brasil é líder mundial em tecnologia de combustíveis alternativos. Cerca de 20% do combustível usado em seus meios de transporte são compostos por etanol. No restante do mundo, a porcentagem é de apenas 1%. Com clima favorável e abundância de terras, o país é perfeito para cultivar cana-de-açúcar e, a partir dela, produzir etanol.

O combustível feito a partir da cana-de-açúcar é três vezes mais eficiente que o etanol feito a partir de milho nos Estados Unidos, além de ela ser mais fácil de cultivar e processar.

Argentina

Valorização da soja

A CAPACIDADE diária de processamento de oleaginosas da Argentina avança rapidamente, em comparação a do Brasil e a dos EUA. Na liderança das exportações mundiais de óleo e farelo de soja, os argentinos irão elevar sua capacidade de processamento diário para 154.175 toneladas até o fim de 2007. Isso aumentará em 34% a capacidade de processamento de soja que, no momento, é de 115 mil toneladas por dia.

A Argentina se aproxima do nível dos Estados Unidos, cuja capacidade é avaliada em 159 mil toneladas. Esse desempenho é explicado pelos fatores de competitividade na produção da matéria-prima relacionados a custos mais baixos no plantio, uso reduzido de fertilizantes, poucas barreiras climáticas, solo fértil, e poucos problemas sanitários, como a ferrugem asiática. Para o Brasil, as estimativas de esmagamento diário totalizam 143.205 toneladas para os próximos dois anos.

Como o consumo de oleaginosas é mínimo, em comparação ao do Brasil e dos EUA, a Argentina exporta a maior parte da produção (cerca de 95%). Além disso, como suas lavouras estão próximas aos portos e às indústrias, a redução dos custos de transporte permite preços mais competitivos para seus produtos.

Novas plantas

Graças a investimentos recentes, a Argentina montou algumas das unidades mais modernas para o processamento de oleaginosas do mundo, com elevada escala de operação. Até o final de 2007, a capacidade média de processamento de suas fábricas totalizará 3.280 toneladas por

Argentina – Produção de oleaginosas

Oleaginosas	Milhões de hectares			Milhões de toneladas		
	2004/05	2005/06	Var%	2004/05	2005/06	Var%
Soja	14.400	15.329	6,5	38.300	40.200	5,0
Girassol	1.970	2.260	14,7	3.800	3.800	0,0
Amendoim	212	155	-23,6	445	330	-25,8
Linho	37	47	27,0	36	54	50,0
Colza	16	7	-56,3	26	10	-61,5
Cartamo	49	27	-45,0	51	19	-62,7
Total	16.684	17.825	6,8	42.658	44.413	4,1

Fonte: Secretaria da Agricultura



dia, acima das 1.235 toneladas do Brasil e 2.271 toneladas dos EUA. Mas o país não pode descuidar da infra-estrutura se quiser manter a taxa atual de crescimento da produção.

A partir do pleito da Câmara da Indústria de Óleos Vegetais da República da Argentina (Ciara), há dois anos, o governo fez a revisão da legislação das operações de *drawback* (importação) de soja a fim de permitir a compra em países vizinhos com o propósito de processá-la em farelo e óleo de soja.

Com capacidade anual para processar 43,5 milhões de toneladas em 2007, a Argentina teria interesse em importar 3 milhões de toneladas de soja dos países vizinhos, como Paraguai, Bolívia e Brasil. No passado, as maiores compras eram do Paraguai, mas nada impede importar maior quantidade do Brasil.

Safra 2005/06

Apesar das condições climáticas desfavoráveis para os cultivos na Argentina, com tempo seco e quente em suas fases críticas de desenvolvimento, a safra 2005/06 registrou a segunda maior produção da história, de 76.380.000 de toneladas. O país é o maior exportador mundial de milho e o terceiro maior produtor mundial de soja.

A colheita da soja chegou a 40,2 milhões de toneladas, com um crescimento de 5,0% em relação à temporada anterior, enquanto a produção de milho do país diminuiu 20%, para 19,2 milhões de toneladas. A soja é empregada principalmente na produção de rações e de óleo de cozinha. O milho é processado para produzir rações, combustíveis e adoçantes.

Nas oleaginosas, a área semeada chega a 17,8 milhões de hectares, que representa um incremento de 6,8 % em relação ao

último ciclo agrícola, com incrementos em soja, girassol e linho. Já a produção total está estimada em 44,4 milhões de toneladas, com aumento de 4,1 % em relação à anterior.

A produção total de cereais da safra 2005/06 teve um resultado inferior em 25,4 %, quando comparada à anterior, devido ao fato de que todos os cultivos, exceto arroz e milho apresentaram menores produções que na campanha precedente.

A Associação Argentina de Milho teme que o governo imponha limites às exportações de grãos, como forma de baixar a inflação, como fez com outros produtos, como carne bovina e trigo. Essa situação preocupa e pode levar a uma diminuição na área plantada na safra 2006/07, em fase de semeadura. Uma colheita menor aumentaria os preços e, assim, o efeito seria o oposto do pretendido pelo governo. ■



Incentivo à exportação de biocombustível

O governo argentino acaba de sancionar uma lei de incentivo ao desenvolvimento de biocombustíveis. A meta é gerar fundos para transformar o país em um dos maiores exportadores de biodiesel ou etanol. Para a Associação Argentina de Biocombustíveis, com o barril de petróleo a mais de US\$ 70, o horizonte está mais aberto para o desenvolvimento dos biocombustíveis.

A Argentina decidiu seguir os passos da União Européia (UE) e aprovou uma lei que prevê incorporar no ano 2010 pelo menos 5% de biocombustíveis nas naftas e diesel consumidos no país, contra 5,75% na Europa.

Para cumprir a legislação será necessário aproximadamente um milhão de metros cúbicos de biocombustíveis em 2010, dos quais dois terços serão de biodiesel. Neste ano, a UE precisará de cerca de 15 milhões de toneladas de biocombustíveis, grande parte das quais deverá importar. Uma oportunidade para a nação gerar capacidade de produção de biocombustíveis, sobretudo de biodiesel, obtido a partir do óleo vegetal como o de soja. A Argentina é o terceiro produtor mundial de soja.

Por enquanto, a capacidade de produção da Argentina é extremamente limitada. Algumas pequenas empresas tiveram de reduzir em 10 vezes a quantidade de biodiesel que se comprometeram a vender para a Alemanha nos próximos anos, por capacidade insuficiente de produção. A situação, no entanto, poderá melhorar rapidamente dado o crescente interesse dos grandes fabricantes de óleos vegetais no setor de biocombustíveis.

A área de cultivo de soja aumentou de 6 milhões de hectares em 1995/96 para 15 milhões de hectares em 2005/2006 na Argentina, um dos poucos países, ao lado do Brasil, que ainda podem aumentar significativamente a superfície destinada a esse cultivo. A oleaginosa, cujos preços não deixam de aumentar frente a um custo de produção relativamente baixo, não pára de crescer no imenso pampa argentino. Para alguns críticos, isto ocorre em detrimento de outros cultivos, da criação de gado e, sobretudo, causando empobrecimento considerável das terras, com o risco de esgotá-las com o tempo.

Argentina

Boi atolado

HÁ UMA dura queda-de-braço entre o governo e os pecuaristas na Argentina., diante das medidas oficiais tomadas desde o final de 2005:

- Aumento do peso mínimo de abate;
- Incremento do imposto de exportação e a eliminação de seu rebate;
- Implementação do Registro de Operações de Exportações (ROE),
- Proibição das exportações,
- Fixação de acordo de preços;
- Certificação das vendas externas.

Essas decisões afetam a rentabilidade dos agentes da cadeia produtiva, sobretudo aqueles ligados às exportações, que deixam de receber importantes divisas. As restrições impostas aos embarques externos aumentam o risco comercial e põem em dúvida a capacidade da Argentina em competir no mercado internacional.

Os criadores saem bem penalizados, pois enquanto a queda dos seus preços foi de 21%, nas gôndolas dos supermercados a redução registrada ficou em 4,8%. As matrizes para cria são abatidas e vendidas devido à forte queda, ao redor de 47%, no seu valor.

O aumento da margem de comercialização no varejo e sem contrapartida para o produtor representa uma transferência de renda das fazendas para os frigoríficos, curtiúmes, distribuidores, açougues e supermercados.

Por sua vez, nas etapas da cadeia produtiva ocorre a intervenção do estado nacional e dos governos das províncias e municípios, no controle sanitário e fiscal. Além do imposto sobre valor agregado de 10,5%, ocorre a aplicação de outras

taxas que, no conjunto, causam aumento médio de 30% nos preços da carne. Uma conjuntura difícil de redução geral nas inversões em infra-estrutura, alimentação e sanidade, que poderá comprometer a oferta de carne a médio e longo prazo

Produção estagnada

Na Argentina, a produção bovina está praticamente estagnada, apesar de contar com produto de alta qualidade e excelente aceitação externa. Cerca de 50 milhões de cabeças de gado integram o seu rebanho bovino. No país, a população aumenta e o consumo cresce, enquanto o estoque de gado permanece igual há várias décadas.

O resultado é uma maior pressão no mercado interno de carne: em 2005; enquanto o preço praticamente duplicou no varejo e grande faixa da população ficou sem acesso à carne, o preço recebido pelos criadores de gado aumentou 18%..

A carne bovina tem participação de 4,5% no índice de preços ao consumidor (IPC). No ano passado, a carne registrou alta de 28,8%. Isso bate de frente com a prioridade do governo em controlar a inflação, que subiu de 6,1% para 12,3%, entre 2004 e 2005.

A Confederação de Associações Rurais de Buenos Aires e La Pampa (Carbap), que reúne os empresários agropecuários da maior região produtora de gado do país, ameaça não enviar gado aos mercados, exigindo a diminuição dos impostos às exportações agropecuárias.

Os criadores de gado alegam precisar de três a quatro anos para ter um novillo

gordo. Há um esforço para aumentar o peso médio dos bovinos abatidos no país. O governo estabeleceu o peso mínimo de abate em 260 quilos a fim de aumentar a oferta de carne para o mercado doméstico e para exportação. O peso médio de abate estava em 204 quilos, 19% e 42%, respectivamente, abaixo do Uruguai e dos Estados Unidos.

Argentina: Números da pecuária de corte

Ano	Produção Mil t	Exportação Mil t	Consumo Mil t	Consumo Kg/hab
1990	3.007	474	2.533	77,8
1991	2.854	407	2.447	74,5
1992	2.723	297	2.428	72,9
1993	2.787	281	2.506	75,0
1994	2.694	377	2.385	71,2
1995	2.712	520	2.168	63,5
1996	2.469	477	2.217	64,2
1997	2.712	438	2.274	65,4
1998	2.469	295	2.173	61,9
1999	2.720	348	2.372	67,2
2000	2.718	342	2.376	66,0
2001	2.461	152	2.309	63,5
2002	2.493	351	2.142	59,3
2003	2.664	391	2.272	60,0
2004	3.024	481	2.643	62,6
2005	3.117	596	2.621	61,9

Fonte: SGA

A rentabilidade da pecuária deixou de ser atraente se comparada à da agricultura. A superfície plantada com grãos, principalmente a soja, ocupa o lugar de cultivos tradicionais argentinos, como o trigo e o milho, e da pecuária.

Reação

Em protesto contra as medidas oficiais que prejudicam o setor, uma das principais entidades do setor agropecuário da Argentina, a CRA (Confederações Rurais Argentinas), que reúne pequenos e médios produtores argentinos, marcou em julho uma greve em que seus afiliados suspenderam a realização negócios e grãos. O movimento contou com a adesão de outras entidades, como a Sociedade Rural Argentina (SRA), que agrega os grandes produtores argentinos.

A principal reivindicação dos agricultores e pecuaristas é a liberação total das exportações de carne, apesar de ser possível hoje embarcar 65% dos volumes comercializados em 2005.

O efeito prático do protesto deve causar uma alta momentânea nos preços da carne. Os produtores reclamam que, desde o anúncio da medida, o preço do boi já caiu mais de 20%. Ao mesmo tempo, a baixa refletiu-se apenas parcialmente nos preços cobrados da população, que caíram menos de 10%.

“Mais carne”

Outras reivindicações são eliminar a exigência de peso mínimo para o abate de gado e a cobrança de imposto sobre as exportações de produtos lácteos. Diante da pressão, o governo argentino anunciou no final de julho o programa “Mais Carne”, que concede uma bateria de créditos e subsídios de aproximadamente US\$ 274 milhões, para em quatro anos aumentar de 3 milhões de toneladas para 3,5 milhões de toneladas a produção anual de carne bovina.

Ainda assim, as tensões entre governo e produtores prosseguem. Quase dez mil agricultores estão em processo de negociação com o Banco de la Nación Argentina, com dívidas acumuladas de 1 bilhão de pesos. Há dois anos, o presidente Néstor Kirchner anunciou o refinanciamento das dívidas, mas os agricultores discordam dos mecanismos de revalorizações das operações. A alegação é de que a elevada taxa de juros e as severas condições para os pagamentos inviabilizam o refinanciamento. ■

Cronologia da crise

FEVEREIRO

O Senasa (Serviço de Nacional de Segurança Agroalimentar) declara estado de emergência sanitária em todo o país para restringir a movimentação de gado na região de San Luis del Palmar (a 25 km do Paraguai e a 280 km da fronteira do Rio Grande do Sul), onde foi detectado foco de aftosa. Também ordenou o sacrifício de 70 animais.

As empresas do Consórcio de Exportadores de Carne Bovina da Argentina, que concentram cerca de 80% das exportações de carne, solicitam do Ministro da Economia uma redução nos impostos sobre as exportações de 15% para 5% e a anulação dos requisitos do ROE (Registro de Operações de Exportação), para controlar os embarques. Governo assina um acordo para estabilizar os preços da carne por um ano, mas a adesão envolveu apenas pequena parte das entidades criadoras de gado.

MARÇO

Governo suspende as exportações de carne bovina por 180 dias como medida para evitar novas altas nos preços do produto no país. A medida visou equilibrar a oferta com a demanda interna. O veto provoca fortes protestos por parte dos criadores. A medida derruba os preços domésticos da carne, com efeito positivo sobre a inflação local, mas com perda de mercados importantes, de difícil recuperação, especialmente depois de terem sido detectados focos de febre aftosa. Além disso, representará um desestímulo à produção e resultará na queda da oferta futura por inibir os investimentos.

Com a suspensão dos embarques, cerca de 600 mil toneladas de carne são transferidos para o mercado interno. A expectativa do governo é de reverter a alta do preço da carne. A suspensão das exportações não atinge o produto da cota Hilton, corte de alta qualidade destinado à Europa, e os volumes de venda acertados em acordos país-país. A suspensão barra até 90% das exportações. Os encargos de exportação passam de 5% para 15%, para carnes com osso e termoprocessadas. A maioria dos cortes já paga mais imposto desde novembro, outra medida de tentar expandir a oferta interna.

Governo inicia campanha de difusão para convencer os consumidores a não comprar e optar por produtos substitutivos se os preços da carne não diminuírem. A medida pretende que a forte demanda externa não se traduza em uma alta dos preços no mercado interno.

ABRIL

Acerto entre o governo e a cadeia de produção e comercialização determina a retomada gradual das exportações, no segundo trimestre, de carne resfriada, congelada e termoprocessada, além dos cortes de maior valor (traseiros). As vendas foram limitadas a uma quota de 50% da quantidade exportada por empresa no mesmo período do ano passado. Existe o compromisso oficial de negociar uma quota para as exportações de cortes dianteiros inferior a 30% do volume embarcado em 2005.

A liberação das exportações fica condicionada à manutenção no mercado interno dos preços máximos para cortes de consumo popular. Foram incluídos no acordo 11 cortes de carne bovina, cujos preços retrocederão aos valores de novembro e terão de ficar estáveis até o fim do ano. Espera-se que os preços ao consumidor tenham uma redução de até 25%.

O governo declara “controlado e erradicado” o foco de aftosa descoberto em fevereiro. O Serviço Nacional de Saúde e Qualidade Agroalimentar (Senasa) destaca que, graças à aplicação imediata dos procedimentos estabelecidos por normas nacionais e internacionais, o foco de aftosa “foi finalmente controlado e erradicado”. Devido ao foco de aftosa, vários mercados do exterior embargaram a carne bovina da região de Corrientes, entre eles a União Européia.

JUNHO

Governo autoriza a remessa para o exterior de até 40% da quantidade de carne exportada no segundo semestre de 2005. Antes da interdição, no início do ano, a Argentina era o terceiro maior exportador mundial de carne.

Pecuária de Corte

Geografia da crise

Fabiano R. Tito Rosa*
Leonardo Alencar**
Alcides de Torres***

A PECUÁRIA nacional foi acometida por uma crise de preços, deflagrada por uma conjunção de fatores que compreende, entre outros tantos, a oferta relativamente elevada de gado, o real “supervalorizado” e a ocorrência recente de focos de febre aftosa.

Esse quadro castiga produtores em todos os cantos do País, mas em intensidade diferente. Tome-se como exemplo dois extremos. No início de julho, o boi gordo em Rondônia era negociado a R\$36,00/@, a prazo, para descontar o Funrural. Era, disparado, o bovino mais “barato” do Brasil. Uma cotação tão baixa, em reais nominais, que não era registrada no estado, desde o final de julho de 2002.

Rondônia destacava-se como o “lantaninha” do “seleto” grupo de praças onde a cotação da arroba estava abaixo de R\$40,00. Nessa situação, além do referido estado, estavam as regiões de Redenção e Marabá, no Pará, e de Alta Floresta, no Mato Grosso, com respectivamente R\$38,00/@, R\$39,00/@ e R\$39,00/@, tudo a prazo, para descontar o imposto.

Na outra ponta, figurava a região de Pelotas, no Rio Grande do Sul, com boi a R\$1,89/kg, o que equivale a R\$56,70/@, nas mesmas condições de pagamento. Era, com folga, a cotação mais alta do Brasil. A diferença em relação a Rondônia estava em 55,6%, ou R\$20,70/@! Analisando de outra forma, a diferença entre os dois preços equivalia a 57,5% do valor do boi de Rondônia.

É uma discrepância muito grande. Poder-se-ia supor ser uma distorção típica de um país continente. Pode até ser, mas só isso não satisfaz como explicação. Nos

últimos anos, alguns acontecimentos alteraram de formas bastante distintas as conjunturas mercadológicas de cada Estado.

Sul

No Rio Grande do Sul, por exemplo, houve um forte ajuste de oferta. Isso não descarta a influência sazonal típica do período, com a ausência de animais terminados tanto em pastagem de verão (que já haviam sido comercializados), como em pastagem de inverno (que ainda não estavam disponíveis para a venda). Mas as explicações vão além.

Inicialmente, cabe entender o efeito da crise, ao longo dos últimos anos, na redução de investimentos e no crescimento do abate de matrizes. No caso do Rio Grande do Sul, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o abate de vacas no esta-

do aumentou 160,7% de 2002 para 2005, enquanto o de bois, no mesmo período, aumentou “apenas” 60,6%. Em termos proporcionais e de país, o abate de fêmeas no estado gaúcho foi o quinto, bem acima da média nacional.

Embora os números do IBGE estejam subestimados, pois retratam apenas o bovino abatido de maneira legal (fiscalizada), o comportamento apresentado pode ser considerado real. Um aumento de mais de 160% em 3 anos não pode ser creditado apenas ao abate de novilhas ou vacas de engorda. Houve, realmente, um descarte forçado de fêmeas, com toda repercussão na menor oferta de animais para o mercado.

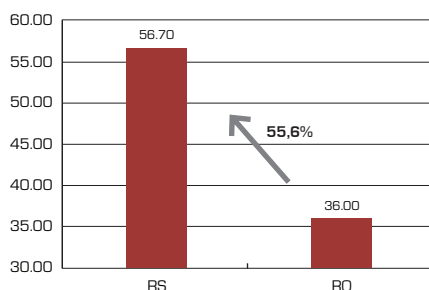
O primeiro sinal dessa retração na oferta de gado veio do mercado de reposição. Por exemplo, ao longo do primeiro semestre de 2005 as cotações do

Abates de bovinos no Brasil e nos Estados de maior crescimento (cabeças)

Estado	Categoria	2002	2005	Var.
Tocantins	Boi	423.159	458.450	8,3%
	Vaca	93.350	465.341	398,5%
Bahia	Boi	359.559	567.785	57,9%
	Vaca	46.252	192.240	315,6%
Rio Grande do Norte	Boi	35.600	25.785	-27,6%
	Vaca	4.272	13.670	220,0%
Mato Grosso	Boi	1.444.328	2.095.668	45,1%
	Vaca	600.236	1.796.160	199,2%
Rio Grande do Sul	Boi	267.707	429.859	60,6%
	Vaca	318.406	830.158	160,7%
Brasil	Boi	11.635.936	13.162.462	13,1%
	Vaca	4.769.140	10.250.522	114,9%

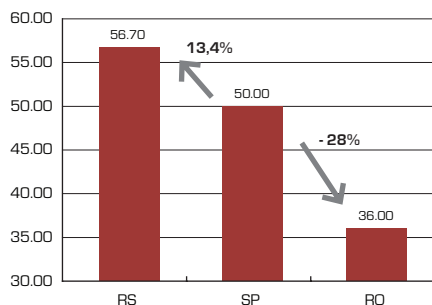
Fonte: IBGE

Boi gordo em Rondônia e Pelotas (RS), em 6 de julho de 2006 – R\$/@ a prazo.



Fonte: Scot Consultoria

Boi gordo em Rondônia, Pelotas (RS) e Barretos (SP), em 6 de julho de 2006 – R\$/@ a prazo.



Fonte: Scot Consultoria

bezerro de cruzamento industrial reagiram, em média, 44,8% no Rio Grande do Sul, considerando as categorias de 8 a 10 meses e de 12 meses. Depois, veio o boi gordo que, no mesmo período, reagiu 13,2% na região de Pelotas e 3,5% na região de Erechim.

A competição com a agricultura também ajudou no ajuste de oferta. Esse movimento mostrou-se bastante forte entre os anos de 2002 e 2004. As estimativas são de que as áreas de pastagem do Rio Grande do Sul encolheram 6,8%, de 11,35 milhões de hectares para 10,58 milhões de hectares. Em vários estados também houve movimento semelhante, mas a aplicação de tecnologia permitiu alocar mais animais em menos área. No entanto, no extremo Sul do país, onde a característica de produção está baseada em campos nativos, sendo difícil a incorporação de tecnologias que permitam um aumento de lotação, esse efeito foi menos intenso.

Por fim, destaca-se a evolução das exportações gaúchas de gado em pé. A quantidade saiu de zero em 2004 para 43,87 mil cabeças em 2005. A evolução é expressiva, mas o montante não é muito grande. Se tomarmos como base os abates fiscalizados de bois e vacas, as exportações representaram ao redor de 13 dias de abate dos frigoríficos locais. De toda forma, não deixa de ser uma contribuição.

E não bastasse o ajuste de oferta, o Rio Grande do Sul foi agraciado com a queda

dos embargos à carne bovina por parte da Rússia e do Chile, respectivamente segundo e quarto maiores clientes brasileiros. Agora o desafio é produzir carne para exportar.

Norte

Na Região Norte, o avanço da pecuária repercutiu em aumento de oferta. O rebanho rondoniense, por exemplo, aumentou 27,8% entre 2002 e 2005. Nesse quesito ficou atrás apenas do Amazonas, com aumento de 30,7% no mesmo período.

A capacidade de abate em Rondônia não acompanhou tal avanço. Após algumas aquisições e fusões, cerca de 70% a 80% dessa capacidade ficou concentrada nas mãos de um grande grupo frigorífico do Brasil. Isso ajuda a explicar, por exemplo, porque o boi de Rondônia vale (ao menos valia, até o fechamento da análise) R\$2,00/@ a R\$3,00/@ a menos que o boi do Pará, estado que, ao contrário de Rondônia, não é considerado, internacionalmente, livre de febre aftosa sem vacinação.

Na média do período pós-1996, a cotação do boi gordo em São Paulo ficou 9,6% acima da registrada no Rio Grande do Sul. É verdade que durante alguns breves períodos a situação se inverteu e o boi gaúcho ficou acima do paulista. Mas a diferença nunca havia alcançado os 13,4% como no início de julho deste ano.

Essa análise mostra o grau de dinamismo do mercado e a influência de fatores conjunturais específicos, que variam de

O que diz a nova instrução do Sisbov

Publicado no *Diário Oficial da União* de 14 de julho último, com prazo de dois meses para entrar em vigor, uma nova instrução consolida e reestrutura a legislação do Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (Sisbov). Fruto de mais de um ano de trabalho intenso com os representantes da cadeia produtiva, o documento enxuga a base de dados do sistema. O cadastramento passará a ser feito por propriedade e não por animais. Hoje existem mais de 34 milhões de animais cadastrados. Isso permitirá maior eficiência das auditorias do MAPA.

No novo conceito de propriedade aprovado será exigida a identificação de todos os animais, o controle da utilização de insumos, a descrição do sistema de produção e o registro dos eventos sanitários e de manejo, bem como a participação dos órgãos estaduais de sanidade animal no sistema.

A adesão ao Sisbov é voluntária, mas necessária no caso das exportações de carne destinadas aos mercados em que se exigem a rastreabilidade, como a União Europeia e Chile.

Atualmente, cerca de 80% da produção brasileira de carne bovina ficam no mercado interno. Dos 20% exportados, só 4% se destinam ao Chile e União Europeia. A tendência, no entanto, é de que outros mercados passem a exigir a rastreabilidade, levando os produtores e exportadores a se adaptarem a essas normas. Com 79 mil propriedades cadastradas e 65 certificadoras credenciadas, o Brasil tem condições de adequar-se ao novo sistema.

estado para estado, ou de região para região, sobre o comportamento dos preços do boi gordo. ■

* zootecnista

** zootecnista

*** engenheiro agrônomo

Scot Consultoria, tel. (17) 3343-5111

www.scotconsultoria.com.br

Avicultura

Seqüelas da gripe

NOS ÚLTIMOS dois anos, os déficits na oferta internacional da carne de frango decorrentes da *influenza* aviária ocasionaram elevação em mais de 30% nos preços do produto. Agora a doença impacta a saúde humana, derruba os preços das carnes e reduz a reposição de plantéis. Tudo isso diminui as perspectivas de produção no corrente ano, segundo o primeiro Food Outlook de 2006, divulgado pela FAO (órgão da ONU para a Agricultura e a Alimentação).

No curto espaço de oito meses, a doença atingiu quase quatro dezenas de países antes sem quaisquer sinais do vírus (23 na Europa, 9 na Ásia e 7 na África). O resultado é uma drástica queda no consumo do

A carne de aves no mundo

Tendências de produção, importação, exportação e consumo (milhões de toneladas)

Continente	Produção		Importação		Exportação		Consumo	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Ásia	26,8	26,6	3,5	3,5	1,1	1,2	29,2	28,9
África	3,5	3,3	0,7	0,7	-	-	4,2	4,1
América Central	3,5	3,7	0,9	0,9	-	-	4,4	4,5
América do Sul	13,8	13,9	0,2	0,3	3,2	3,0	10,9	11,1
América do Norte	19,8	19,9	0,2	0,2	3,0	3,0	17,0	17,1
Europa	13,6	12,7	2,6	2,3	0,9	0,7	15,3	14,2
Oceania	0,9	1,0	-	-	-	-	0,9	1,0
Total	81,9	81,0	8,1	8,0	8,3	8,0	81,8	81,0

Fonte: FAO. Elaboração e análises: AVISITE



frango e de outras aves, com subsequente redução de preços, perda da lucratividade e acúmulo de grandes prejuízos pelo setor. Esse quadro deve ocasionar um recuo, até aqui sem precedentes, de um por cento na produção mundial, para 81 milhões de toneladas em 2006.

Queda no consumo

Segundo a FAO, as reduções concentraram-se na Europa, cuja produção recuou em 6,6%, a importação retrocedeu mais de 11% e as exportações enfrentam um refluxo de 22%. Por fim, o consumo das carnes avícolas caiu 7% no continente.

Na condição de segundo maior importador mundial de carne de frango, com participação de 32% das importações mundiais em 2005, índice superado apenas pelos países asiáticos, com 43% do total, a retração nos países europeus afetou os países com produção direcionada para o mercado externo, caso típico do Brasil.

Nessa perspectiva, a FAO prevê para as exportações brasileiras de carnes avícolas (essencialmente frango, mas também carne de peru) um decréscimo da ordem de 7%, com queda de 3 milhões de toneladas, registrados no ano passado, para 2,8 milhões de toneladas em 2006.

Apesar dos EUA serem o segundo exportador mundial e enfrentarem os reflexos dessa menor demanda, a FAO projeta uma perda de mercado menor para os norte-americanos em relação a dos brasileiros, da ordem de 3,5%. Isto significará queda nas vendas externas dos EUA de 2,9 milhões de toneladas para 2,8 milhões de toneladas, de 2005 para 2006, ou seja, o mesmo volume apontado para o Brasil. ■

Estratégias contra a doença

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) necessitará de US\$ 308 milhões nos próximos três anos para contribuir com o programa mundial de luta progressiva contra a gripe aviária.

Com a rápida propagação da doença, a FAO dobrou a necessidade de fundos. A crise da gripe aviária passa de um problema imediato e de curto prazo, para uma emergência que se prolongará durante os próximos anos. O impacto sobre o setor avícola pode significar um grande prejuízo na economia no âmbito local, nacional e de determinadas regiões do mundo.

Para a FAO, no âmbito nacional, o interesse principal concentra-se na possibilidade de a gripe aviária vir a contaminar humanos, face ao seu potencial efeito devastador nas aves e em outros animais. Entre as melhores formas de prevenir a chegada da doença ao homem está o combate e a erradicação da doença nos animais.

Até agora, a FAO recebeu US\$ 71 milhões, dos quais US\$ 20 milhões destinaram-se a bens e serviços em 87 países, US\$ 10 milhões a equipamentos e material veterinário e de laboratório e US\$ 6 milhões a recursos humanos, incluindo veterinários e outros analistas. Especialistas consideram de risco mínimo a entrada da *influenza* aviária no Brasil. O plano de prevenção à doença adotado em território nacional é tido como bom e traz a confiança do consumidor para o sistema de vigilância sanitária.

O surgimento da *influenza* aviária cerca de novos desafios a Organização Internacional de Epizootia (OIE). O novo paradigma amplia a visão da medicina veterinária. Como tudo está interligado exigem-se esforços de todos os grupos, inclusive dos produtores.

A OIE, em conjunto com a FAO e com a Organização Mundial de Saúde (OMS), procura controlar a doença na sua fonte animal. As áreas de maior preocupação são a Ásia e a África, onde os serviços veterinários não estão bem preparados para enfrentar o problema. A chave da questão concentra-se em evitar o contato entre aves silvestres e aves domésticas.

Dotado de sistema de informações *on-line*, a OIE está em condições de receber informações sobre a situação sanitária de um país em tempo real. É obrigação dos países declararem o foco de uma determinada doença em 24 horas.

Negociações internacionais

Fiasco de Doha

A RODADA Doha para acordos multilaterais de comércio no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), lançada na capital do Qatar em 2001, foi suspensa, depois de mais de 14 horas de reuniões, em 23 de julho, em Genebra.

As negociações da rodada estão estagnadas desde o encontro ministerial realizado em 2003, em Cancún (México). Os países do G20 (liderados pelo Brasil e pela Índia) querem dos países industrializados reduções de tarifas e cortes de subsídios no setor agrícola, em troca da redução de tarifas sobre bens e serviços.

A OMC voltou a fracassar em sua tentativa de chegar a um acordo sobre a liberalização dos setores agrícola e industrial, após ter acontecido o mesmo na reunião ministerial de Hong Kong, em dezembro, e em abril.

A suspensão das negociações aumenta o risco de não se finalizar a Rodada Doha no período estipulado, até o final de 2006, em torno de três pilares básicos acordados na Reunião Ministerial de Hong Kong:

- Ampliação das condições de acesso aos mercados;
- Cortes efetivos nos subsídios à produção;
- Fim dos subsídios à exportação.

Sem consenso

Brasil, Índia, Estados Unidos, União Europeia, Japão e Austrália (o grupo conhecido como G-6), que respondem por 3/4 do comércio global, travaram uma verdadeira batalha diplomática para encontrar um consenso.

O corte no subsídio anual aos agricultores proposto pelos EUA foi de US\$ 22

bilhões para US\$ 18 bilhões. A UE de 39%. Ambas foram consideradas pequenas.

Outro grande obstáculo às negociações provém do fato de os EUA e a UE não aceitarem uma redução de suas barreiras tarifárias e não-tarifárias às importações de produtos agrícolas. Os EUA possuem tarifa média sobre produtos industrializados de 3,2%; a UE, de 4%. Em contrapartida, os dois requerem dos países em desenvolvimento uma significativa abertura nas tarifas dos produtos industrializados e serviços.

O malogro das discussões complica o cenário futuro dos acordos multilaterais devido ao vencimento em julho de 2007 do mecanismo constitucional (*fast-track*) ou TPA (Autoridade para Promoção Comercial), uma autorização dada ao presidente americano, George W. Bush, pelo Congresso para, durante cinco anos, ne-

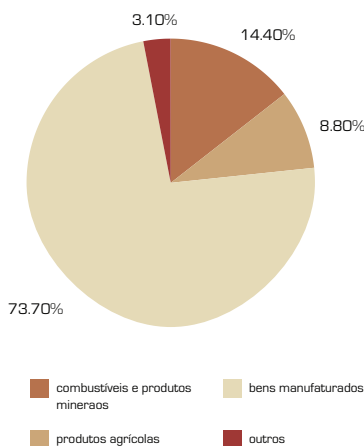
gociar acordos comerciais. O Congresso pode aprovar ou rejeitar no prazo de 90 dias os acordos feitos por Bush, mas não pode modificar os acordos.

Uruguai

Para concluir a Rodada Uruguai (1993), os países em desenvolvimento aceitaram a promessa dos desenvolvidos de uma maior abertura dos mercados agrícolas e de produtos intensivos em trabalho em troca da criação da OMC e de um conjunto de novas regras sobre subsídios, antidumping, serviços, direito de propriedade e outros. A promessa não foi cumprida.

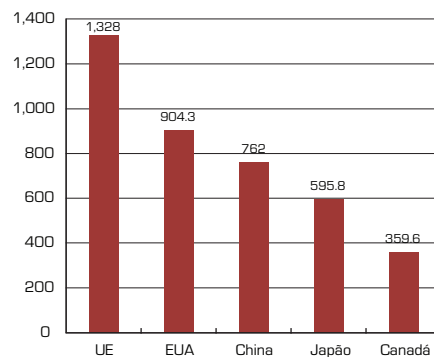
Agora, os países em desenvolvimento são coagidos a realizar novas concessões em bens industriais, sendo que os possíveis ganhos em termos de acesso aos mercados dos produtos agrícolas dos países desenvolvidos seriam muito limitados.

Participação nas exportações mundiais: US\$ 8,91 bilhões



Fonte: OMC

Mundo: Maiores exportadores (US\$ bilhões)



Fonte: OMC

De acordo com a OMC, as subvenções governamentais totais à agricultura, indústria e serviços podem superar US\$ 1 trilhão por ano, valor equivalente a 4% do PIB global.

Em uma amostra com 31 países em desenvolvimento, a ajuda governamental representou, em média, 0,6% do PIB. Entre 22 nações ricas, o percentual alcançou 1,4% do PIB. A ajuda do governo brasileiro somava 1,8% das despesas públicas, o equivalente a 0,3% do PIB, no período 1998-2002. Na Índia, as subvenções chegaram a 21% das despesas públicas; na China, a 5,7%.

Desgastada, a OMC pode ser a nova versão século XXI da Liga das Nações,

criada em 1919 para servir de árbitro internacional e promover a paz mundial. Na prática, a entidade fez frente aos desafios diplomáticos e militares e se autodissolveu após a Segunda Guerra Mundial.

O Acordo Geral de Tarifas e Comércio, antes da OMC, foi montado depois da Segunda Grande Guerra, dominado pelos EUA e pelas grandes economias da Europa Ocidental. Ao longo de oito rodadas, a partir de 1948, as barreiras comerciais caíram. No final do século XX, o comércio mundial era 22 vezes maior do que em 1950.

Agora, chegar a um consenso entre 149 países é muito mais difícil. Na Organiza-

ção das Nações Unidas e no Fundo Monetário Internacional os países ricos possuem poder de veto. Na OMC qualquer país pode frustrar um acordo. O acordo formado na sua criação lhe deu poderes de legislativo mundial para elaboração e aplicação de regras comerciais.

O Brasil, por exemplo, deve impor aos EUA tarifas punitivas no valor de US\$ 1 bilhão, como compensação pelos subsídios ao algodão considerados ilegais. A decisão sobre as punições havia sido adiada por causa do foco nas negociações globais. Outros processos relacionados a milho, sorgo e arroz podem ser movidos contra os EUA. A UE está exposta a questões ligadas a vinho, manteiga e tomate. ■



Balança comercial

Exportações em alta

N O PERÍODO de janeiro a julho de 2006, as exportações somaram US\$ 26,595 bilhões, valor recorde histórico para períodos de janeiro a julho e 9,6% acima do valor exportado no mesmo período de 2005. No acumulado do ano, as importações cresceram 23,3% em relação a igual período do ano anterior, totalizando US\$ 3,562 bilhões. Como consequência, registrou-se um superávit de US\$ 23,033 bilhões, também recorde histórico para períodos de sete meses.

Nos primeiros sete meses do ano, os grupos de produtos que mais contribuíram para aumento das exportações

do agronegócio foram: açúcar e álcool (40,3%); papel e celulose (18,7%); complexo soja (4,2%); couros, peles e calçados (12,2%); e cereais, farinhas e preparações (93,7%).

Quanto às importações, entre janeiro e julho de 2006, as variações mais significativas ocorreram nas aquisições de algodão (122,4%); trigo (43,2%) e borracha natural (29,9%). As importações de milho diminuíram 34,5%.

No que se refere ao destino das exportações do agronegócio, destaca-se o crescimento dos valores exportados para os seguintes blocos econômicos:

Oriente Médio (26,5%); Ásia (16,9%); e Nafta (16,3%). A União Européia foi nosso principal comprador, com 30,6% das exportações totais; seguida pela Ásia com 20,4%; e Nafta, com 16,1%. Europa Oriental e Oriente Médio foram os destinos de 7,9% e 7,7% de nossas exportações, respectivamente.

As exportações brasileiras do agronegócio totalizaram US\$ 45,923 bilhões nos 12 meses correspondentes ao período de agosto de 2005 a julho de 2006, 11,9% acima do valor exportado no período de agosto de 2004 a julho de 2005, que foi de US\$ 41,044 bilhões. As importações foram 17,9% superiores às dos doze meses anteriores, com gastos de US\$ 5,856 bilhões. Como resultado, o superávit comercial acumulado nos últimos 12 meses foi de US\$ 40,067 bilhões.

Os setores que mais contribuíram para o incremento das exportações do agronegócio no período analisado foram: açúcar e álcool (37,7%); papel e celulose (20,5%); carnes (9,5%); complexo soja (8,8%). Nesse período, merece também destaque o incremento das vendas exter-

nas dos seguintes grupos de produtos: couros, peles e calçados (8,8%); café, chá mate e especiarias (8,6%); sucos de frutas (15,1%); fumo e tabaco (10,7%); algodão e fibras têxteis vegetais (8,1%); cereais, farinhas e preparações (24,5%); e cacau e suas preparações (15,1%).

Nos últimos doze meses, as exportações do agronegócio apresentaram crescimento para quase todos os destinos: Oriente Médio (22,6%); Ásia (18,9%); e África (16%). A União Européia foi nosso principal comprador, com 31,2% das exportações totais; seguida pela Ásia, com 20,5%, e Nafta, com 15,7%. ■

Brasil: Balança Comercial do Agronegócio (em US\$ mil)

Produto	Jan a Jul/2006 (a)			Jan a Jul/2005 (b)			Var [%] (a/b)	
	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp
Complexo de soja	5.676.695	26.014	5.650.681	5.449.216	77.528	5.371.688	4,2	-66,4
Carnes	4.448.311	62.964	4.385.348	4.526.704	75.009	4.451.695	-1,7	-16,1
Açúcar e álcool	3.559.006	176	3.558.830	2.536.271	207	2.536.064	40,3	-15,0
Papel e celulose	2.275.345	608.444	1.666.901	1.916.839	472.434	1.444.405	18,7	28,8
Madeira e suas obras	2.162.039	59.397	2.102.642	2.205.036	48.793	2.156.243	-1,9	21,7
Couros, peles e calçados	1.974.779	155.960	1.818.819	1.760.811	124.633	1.636.178	12,2	25,1
Café, chá, mate e especiarias	1.516.819	11.568	1.505.251	1.512.437	14.814	1.497.623	0,3	-21,9
Fumo e tabaco	989.299	21.655	967.644	893.707	18.976	874.731	10,7	14,1
Sucos de frutas	857.436	97.802	759.634	686.164	72.977	613.187	25,0	34,0
Algodão e fibras têxteis vegetais	752.237	246.008	506.229	705.987	127.863	578.124	6,6	92,4
Cereais, farinha e preparações	414.358	859.533	-445.175	213.959	688.813	-474.854	93,7	24,8
Frutas, hortaliças e preparações	316.665	252.218	64.447	326.298	217.334	108.964	-3,0	16,1
Cacau e suas preparações	205.546	62.115	143.431	196.057	72.928	123.129	4,8	-14,8
Pescados	202.355	234.216	-31.861	231.541	161.891	69.650	-12,6	44,7
Leite, laticínios e ovos	111.353	89.533	21.820	90.908	85.276	5.632	22,5	5,0
Bebidas	42.323	113.986	-71.663	35.355	81.108	-45.753	19,7	40,6
Borracha natural	243	184.152	-183.909	260	141.713	-141.453	-6,5	29,9
Demais produtos	1.090.459	476.400	614.058	985.505	407.693	577.812	10,6	16,9
Total geral	26.595.268	3.562.141	23.033.127	24.273.055	2.889.990	21.383.065	9,6	23,3

Fonte: SECEX/MDIC: Análise das Informações de Comércio Exterior - ALICE. Elaboração: DPIA/SRI/MAPA

Qualiagro

Desconfiança na Europa

AS MAIS poderosas associações de agricultores e de cooperativas agrícolas da Europa enviaram oficialmente à Comissão Européia solicitação para proibir imediatamente a importação de produtos alimentícios brasileiros fora das normas sanitárias da Europa.

A carta enviada pelos agricultores e assinada pelo secretário-geral das entidades, Franz-Josef Feiter, alerta que o Brasil tem sérios problemas de padrão de qualidade. Enquanto não forem resolvidos, o setor privado europeu quer que as barreiras sejam impostas. O pedido foi enviado ao comissário de Comércio da UE, Peter Mandelson.

Se implementadas, as medidas podem afetar as exportações de carne de porco, ovos, maçã, mamão, além de carne de frango e bovina. O pedido foi liderado pela Confederação Geral das Cooperativas Europeias (Cogeca), baseado em “disfunções” sanitárias revelados por re-



latório da Divisão Alimentar e Veterinária (OAV) da União Européia (UE).

No fim de 2005, os europeus realizaram uma inspeção no país para avaliar a situação sanitária. Em abril, as análises ficaram prontas e concluíram que o Brasil não oferecia condições suficientes para que alguns produtos pudessem entrar no mercado europeu. A UE deu então dois meses para o governo se explicar.

Para os europeus, em relação às deficiências de controle registradas em 2003, as ações prometidas pelo governo não foram cumpridas. A acusação aponta para a falta de controle de remédios em fazendas e ainda há sérios problemas nos testes em frangos. Algumas medidas já foram tomadas, como o embargo ao mel brasileiro.

A Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura deve enviar uma “missão especial” para esclarecer todos os pontos do Programa Nacional de Controle de Resíduos (PNCR) para 2006. Todos os “detalhes adicionais” solicitados pela UE foram respondidos dentro do prazo final de 11 de julho.

O documento brasileiro foi entregue, e as autoridades européias informaram que vão analisar tanto o pedido dos agricultores como as explicações. As informações prestadas abrangem o cronograma, as formas e as maneiras de operação, além dos prazos e metodologias, para pescados, camarão, carne eqüina e aves.

Em 2005, o PNCR atendeu a 93,4% das metas desenhadas para o monitoramento de bovinos, suínos, eqüídeos, aves, ovos, peixes, crustáceos e mel. Foram analisadas 14.163 amostras para dez resíduos e contaminantes. Neste ano, devem ser analisadas 19.713 amostras. Em 2003, só foram 4,6 mil. Houve um avanço significativo.

A UE decidirá em setembro ou outubro se amplia a proibição da comercialização de produtos alimentares do Brasil no mercado europeu por falta de controle sanitário. Hoje, Bruxelas já interdita a entrada da carne bovina de Mato Grosso do Sul, do Paraná e de São Paulo, por causa da aftosa, além de mel e carne de animais selvagens. ■

Queixas dos europeus

Ilegalidade: exportação ilegal de carne de porco desde janeiro de 2005

Tecnologia: Apenas 1 entre 8 laboratórios de testes de resíduos de pesticidas em produtos agrícolas é reconhecido e credenciado internacionalmente

Aprovação: Brasil exporta ovos sem plano de controle de resíduos para aprovado pela União Européia

Exportação: Aditivos proibidos na União Européia são usados na alimentação de animais exportados para a Europa

Controle: Sistema pouco efetivo de controle de resíduos de pesticidas em maçã e mamão

Qualiagro

Harmonizar interesses

Sílvia Helena G. de Miranda*
Marcos Milan**

O PROJETO Sistema de Qualidade nas Cadeias Agroindustriais (Qualiagro) avança para o final do seu primeiro ano, com resultados, bastante provocadores. O seu objetivo de desenhar um sistema adequado e integrado de Gestão de Qualidade para o Agronegócio e propor uma Tecnologia Industrial Básica (TIB) ou, adaptando ao setor, uma Tecnologia Agroindustrial Básica para o agronegócio é um desafio para todo o setor. Um caminho de integração e atuação sinérgica entre os elos e as próprias cadeias.

Um maior do acesso aos mercados externos, não só com os olhos na maior participação no mercado global agroindustrial, ajuda consolidar a imagem de qualidade, com impactos positivos sobre renda e emprego. É uma referência que pode levar a uma marca e integrar grandes, médios e pequenos produtores, industriais e distribuidores em uma direção única.

A interface entre o os resultados do Qualiagro e o agronegócio leva em conta a visão sistêmica. Qualquer ação ou reação de um evento pode afetar um ou mais elos da cadeia.

O tamanho dimensionado para o mercado interno e externo orienta a obtenção dos bens e serviços desejados pelo consumidor.

A cadeia está inserida em um ambiente organizacional e institucional. Os costumes, legislações, normas e contratos constituem as regras das atividades e a forma como os agentes econômicos se organizam, por meio de sindicatos, associações, cooperativas, ONGs, para defender os interesses daqueles que representam.

Para propor ações prioritárias para atingir as metas de qualificar a produção e seus agentes, o Qualiagro pretende diagnosticar o estado da arte da qualidade e as demandas internacionais e nacionais. Os resultados e as soluções são comunicados e difundidos pelas cadeias, de modo a dar dinâmica para o ambiente institucional enfrentar novos desafios comerciais.

Em seu primeiro ano de desenvolvimento, um simples “tijolo” do início da construção, as dificuldades de lidar com o tema e coordenar uma ação de integração entre seus componentes já ficaram muito evidentes no projeto.

Boi e soja

As atividades envolveram um levantamento geral do estado da qualidade no Brasil, órgãos responsáveis e suas compe-

tências, fatores de diferenciação dos produtos. Dois setores foram escolhidos para realizar um estudo de caso: o da carne bovina e da soja.

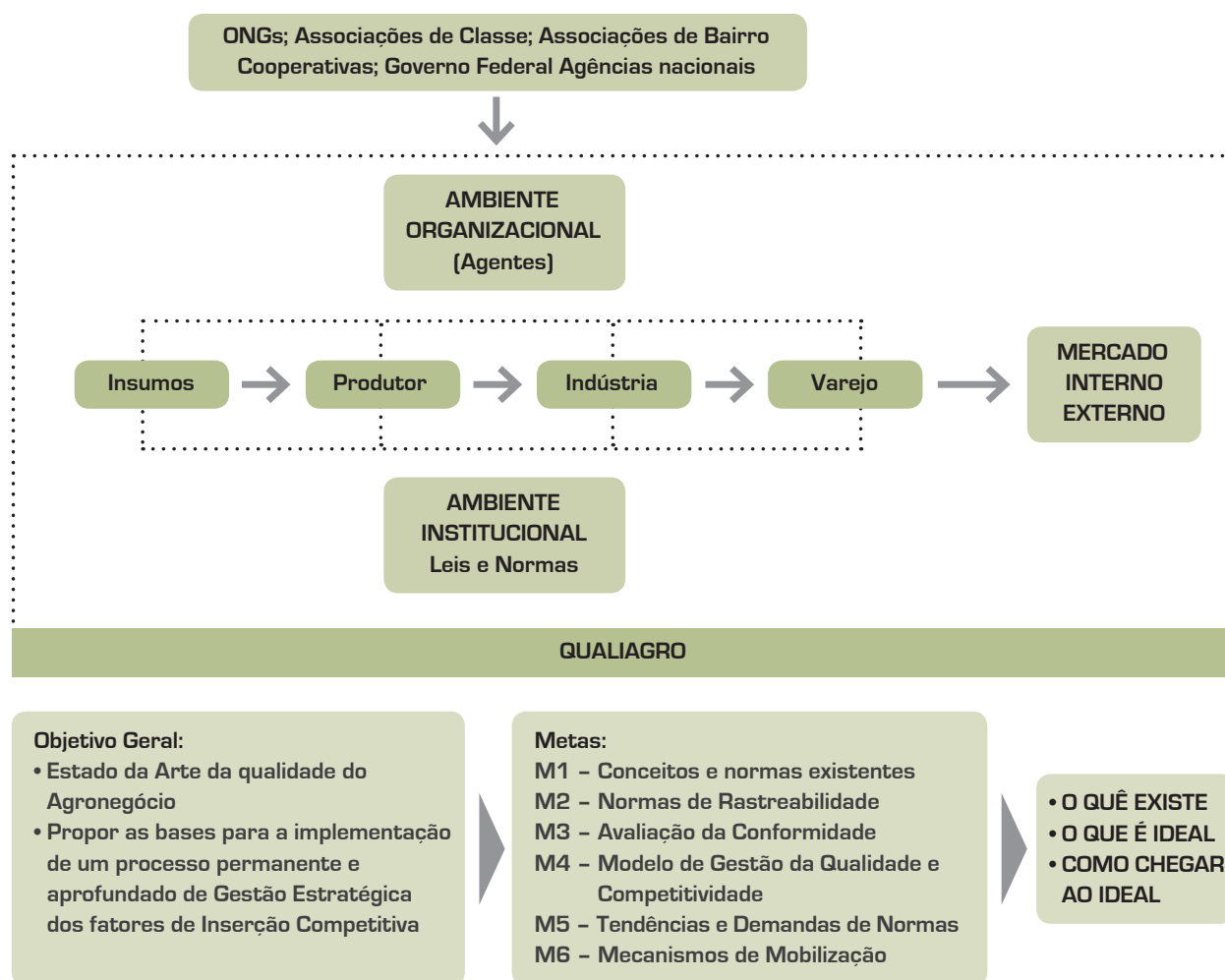
Nas tentativas de mobilização de alguns representantes do setor ficaram evidentes algumas dificuldades. No caso da carne, apesar da sensibilização do setor às questões relacionadas com sanidade, rastreabilidade e segurança dos alimentos, os interesses não convergentes dos segmentos se sobrepõem aos interesses convergentes. O grande problema é unir as lideranças em torno de um objetivo comum, sem abordar questões polêmicas. Já no caso da soja, é difícil reunir as lideranças com algum grau de sensibilização quanto aos problemas presentes e futuros sobre qualidade.

Outros gargalos, alguns operacionais e outros estruturais, marcam o processo de construção do Qualiagro. As informações são dispersas, escassas e de acesso complicado.

Como a definição das referências para qualidade é marcante, sejam elas nacionais ou internacionais, um dos objetivos do projeto é propor e disponibilizar um lugar, com informações ou caminhos que levam a elas, ao maior número de agentes possível. A criação de um Sistema de Inteligência sobre Qualidade é questão prioritária.



Foto: Fernando Garcia



Rastreabilidade

Os resultados mais concretos até o momento, prestes a serem apresentados para ampla consulta aos agentes econômicos e à sociedade, estão relacionados à proposição de um Guia de Rastreabilidade¹, uma sistemática para a implementação de sistemas de rastreabilidade, fundamentado em documentos internacionais, particularmente na ISO22005 – Traceability in Feed and Food Chain – General Principles and Guidance for System Design and Development, para a gestão de sistemas de segurança de alimentos.

A partir daí será possível desenvolver, na continuidade do projeto, os manuais específicos de referência para quaisquer

cadeias. Antes, é preciso partir para a discussão com os órgãos competentes envolvidos com a rastreabilidade.

Importante também foi o levantamento sobre a disponibilidade efetiva de infra-estrutura tecnológica para avaliar a conformidade no agronegócio da carne e da soja². Apesar de um número razoável de instituições oferecerem serviços tecnológicos, em particular no Sul e Sudeste do Brasil, há necessidade de se identificar a capacidade efetiva de atender à demanda desses laboratórios, quantidade de amostras anuais que podem examinar. O estudo também aponta a necessidade de ampliar o escopo da investigação para identificar outras uni-

dades laboratoriais, além das credenciadas pelo MAPA, que possam prestar os serviços tecnológicos necessários. Esses dados são essenciais para a análise das prioridades nos investimentos. ■

¹ O trabalho para elaboração do Guia de Rastreabilidade, desenvolvido no escopo do projeto Qualiagro, foi de responsabilidade técnica da Pieracciani – Desenvolvimento de empresas.

² O trabalho de levantamento da infra-estrutura tecnológica para os setores de soja e carnes, no escopo do Qualiagro, foi realizado pelo TECPAR – Instituto de Tecnologia do Paraná.

*Professora do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP e pesquisadora do CEPEA

** Professor Associado da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo (ESALQ-USP)

Biotecnologia

Conflito na CTNBio

O GOVERNO lançou um plano estratégico para levar o país a liderar as áreas específicas de saúde humana, industrial e agropecuária até 2020. O governo estima ser possível movimentar até R\$ 7 bilhões em investimentos públicos e privados no setor pelos próximos dez anos. É uma aposta na expansão acelerada da indústria de biotecnologia,

Com foco na inovação e na integração entre pesquisa e produção, o governo busca desenvolver produtos e processos biotecnológicos inovadores, elevar a eficiência produtiva, ampliar a capacidade de inovação das empresas e expandir as exportações.

O plano é resultado do Fórum de Competitividade da Biotecnologia do Ministério do Desenvolvimento, instalado em 2004. A ambição dos planos do governo depende do desenvolvimento de chamados “pontos-chave” para consolidar a base industrial do País, que vão desde regras estáveis até políticas de crédito e tributárias.

Inovação

No Brasil, as empresas de biotecnologia ainda são pequenas ou médias. A maioria delas deriva de projetos de incubação em universidades. Para avançar é importante a Lei de Inovação, política específica de recursos humanos e a complementaridade dos laboratórios. As fontes de recursos serão os fundos setoriais, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o BNDES e a própria indústria.

A idéia é usar a biotecnologia como ferramenta para uma visão mais abrangente da ciência, com investimentos nas áreas

básicas, como fisiologia, genética, matemática. Isso é o que gera tecnologia.

No setor do agronegócio, a estratégia do governo abre portas para apoiar a geração de tecnologias e produtos ou processos de biomassa, para a produção de:

- Etanol e biodiesel ou a hidrólise enzimática, com a produção de etanol a partir da celulose.
- Inoculantes para a fixação de nitrogênio em gramíneas,
- Etanol a partir de celulose e lignocelulose,
- Plásticos biodegradáveis,
- Combustível “H-Bio” hidrogenado
- Energia elétrica a partir da biomassa.

Com o objetivo de suprir a demanda nacional e estimular a exportação, será criado um programa específico para a produção de enzimas industriais de modo a chegar a 2008 com produtos para uso na ração animal, no biodiesel e no segmento farmacêutico. Fazem parte do programa os projetos industriais inovadores de uso alimentício, cosmético e ambiental.

No geral, o plano busca introduzir tecnologias de alto valor agregado, como alimentos seguros de baixo custo certificados nas áreas animal e vegetal, além de fortalecer a bioindústria de transformação de subprodutos e incorporar processos como a proteção de genes e de substâncias naturais bioativas dos recursos genético.

Burocracia

Quase 18 meses após a aprovação da Lei de Biossegurança (11.105), as empresas enfrentam a lentidão da burocracia da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. Os prazos regimentais para cum-

primento de cada etapa do processo para liberação de novos produtos são longos e repletos de exigências.

Na verdade, desde a sua criação inicial, em 2005, a CTNBio nunca conseguiu desenvolver seus trabalhos sem sofrer solução de continuidade, face à divergência de posição nas questões ligadas a meio ambiente, agricultura familiar e aos direitos dos trabalhadores e dos consumidores.

Hoje, há aproximadamente 600 processos na fila da CTNBio, e o prazo de aprovação leva entre 290 e 590 dias. Tudo isso decorre em função do colegiado responsável pela análise de transgênicos possuir diversas instâncias e apelações às decisões internas.

Um dos instrumentos mais empregados é a adoção do questionamento sobre a neutralidade das decisões tomadas pelos membros da comissão. Mas existem outros pontos como:

- Realização de audiências públicas,
- Exigências de licenciamento ambiental,
- Avaliações de risco ambiental e aspectos sócio econômicos,
- Estudos sobre atividades com significativa degradação ambiental,
- Diligências adicionais e consultas a especialistas,
- Questionamento sobre sigilo industrial;
- Recursos das partes interessadas, como ONGs e associações de produtores

Batalha judicial

Uma longa batalha é travada nos tribunais sobre a questão dos transgênicos,

CTNBio: Trâmites para aprovação de OGM's (em dias)

Etapa	Prazo	Prazo acumulado	Prazo sem audiência pública, com recursos, sem suspensões nos ORF's	Prazo sem recursos e com suspensões nos ORF's
Secretaria executiva	15	15	15	15
Publicação	30	45	45	45
Relatório final	30	75	75	75
Aprovação nas subcomissões	30	105	105	105
Audiência pública	30	135		
Aprovação de relatório	30	165		135
Publicação SIB e DOU	5	170	135	140
Recurso ou avocação	30	200	140	170
CNBS	60	260	170	230
Diligências ou pareceres	30	290		
ORF para registro	120	410	290	350
Estudos ou esclarecimentos	180	590		

Fonte: Estudo de Letícia Rodrigues da Silva (ANVISA) e Victor Pelaes (UFP)

principalmente sobre a produção e comercialização da soja no país. Existe uma ação cautelar que ainda proíbe o plantio da soja modificada geneticamente. Mas o governo federal aprovou a Lei de Biossegurança, que permite a produção do alimento sem a realização de um estudo de impacto ambiental, como prevê a Constituição.

Por isso, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) solicitou ao procurador-geral da República o ingresso de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Superior (STF). A briga judicial promete ser longa.

O Idec questiona a falta do estudo de impacto ambiental previsto na Constituição e aponta estudos que comprovam aumento de quantidade de defensivos agrícolas em áreas plantadas com soja transgênica.

As lideranças dos produtores afirmam que o produtor tem o direito de escolher as sementes que quer usar. As sementes certificadas possuem o mesmo rendimento das sementes normais, exigem menos agrotóxicos e agredem menos o meio ambiente. A questão é ideológica quando se afirma a impossibilidade de uma convivência entre a natureza e a biotecnologia.

No embate entram também os interesses econômicos dos agricultores e da balança comercial brasileira. O custo da produção com semente transgênica fica mais barato na soja. Este é um ponto fundamental para uma época de crise, em que a economia na plantação pode ser vital para a sobrevivência dos produtores.

Monitoramento

A CTNBio depara com o desafio de tomar decisões sobre temas polêmicos e complexos, que sempre estão associados a aspectos científicos ou a questões ligadas ao ambiente, ao trabalho ou a direitos do consumidor.

No começo do ano, o Ministério Público Federal definiu sua função de órgão externo e de fiscalização da CTNBio, no tocante à ordem jurídica e aos interesses da sociedade. A 4ª Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do MPF definiu a procuradora Maria Soares para participar das reuniões mensais do colegiado.

Em maio último, como previsto no regimento interno, o MPF obrigou os membros da CTNBio a assinar uma declaração de conduta, em que deixam explicitados eventuais interesses de conduta nos julgamentos de processos. As

próximas medidas serão no sentido da publicação das atas das reuniões e nos mecanismos de funcionamento das informações públicas.

A atuação do MP na CTNBio coloca, em certo sentido, em dúvida a independência do órgão. Com relação à Lei de Biossegurança, o MP entrou com uma Ação Direta Inconstitucionalidade contra o poder da CTNBio de decidir sobre os impactos ambientais dos transgênicos. A alegação é que a atribuição viola a Constituição e o sistema nacional do meio ambiente.

O pivô da crise na CTNBio é a sua composição, com 27 membros titulares, dos quais 12 são cientistas, sendo 3 de cada uma das áreas de saúde humana, animal, vegetal e meio ambiente. Há ainda representantes de nove ministérios e outros seis especialistas nas áreas de defesa do consumidor, saúde, ambiente, biotecnologia, agricultura familiar e saúde do trabalhador. Cada membro titular tem um suplente que participa e opina nas reuniões. Com tantos participantes os resultados das reuniões são insatisfatórios.

Com a alegação de impasses no campo político e não no conteúdo técnico e científico, alguns representantes pediram demissão e outros mostram a clara intenção de sair da CTNBio. Outro fato é que o quorum do colegiado mostra tendência de queda.

Atualmente, no Brasil, apenas um tipo de algodão e um de soja geneticamente modificados contam com autorização de cultivo pela CTNBio. E somente para a importação, e não para o plantio, foi autorizado o uso do milho transgênico, que devido à inserção de uma bactéria, produz proteínas tóxicas a alguns insetos.

Para liberação do uso comercial, até agora, estão na CTNBio cinco variedades de milho geneticamente modificado. O atraso na tomada de decisão cria um mercado ilegal de sementes clandestinas, além de provocar perdas nas empresas de pesquisa e melhoramento genético. Além disso, cada empresa amarga um custo de R\$ 1 milhão com o retardamento do processo. ■

Soja

Moratória na Amazônia

AS PROPRIEDADES produtoras de soja na Amazônia em situação irregular com o Código Florestal têm prazo de dois anos para se adequar. O mercado europeu ameaça embargar as compras e exige esse acerto. As grandes companhias exportadoras como a ADM, a Bunge, a Cargill, e a Maggi assinaram o compromisso de não comprar soja proveniente de plantações onde haja trabalho escravo, uso de grãos transgênicos, desmatamento ilegal, invasão de terras (indígenas, públicas e de áreas comunitárias).

A Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove) e a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), representantes do setor, informaram estar comprometidas com esses objetivos. É uma moratória ambiental de aplicação inédita ainda no Brasil.

Para a Associação dos Produtores de Soja do Estado de Mato Grosso (Aprosoja), as organizações não-governamentais defendem muito mais os problemas econômicos que os ambientais, quando reclamam o cumprimento do Código. A importância está em ter consciência de produzir de maneira sócio e ambiental correta, com respeito à legislação brasileira.

O Código exige do produtor das áreas ribeirinhas cuidado com as margens na propriedade para evitar a erosão. Em cada propriedade deve ser mantida uma área de vegetação nativa. Na área de Floresta Amazônica, esse percentual é de 80%. Na de cerrado, onde se pode plantar soja na região, o índice cai para 20%. E nas áreas de transição, é de 35%. No caso de reserva permanente é necessária

autorização do governo para desmatar ou queimar.

As consequências reais da medida talvez não alcancem grande amplitude, tendo em vista que:

- A área ocupada pela sojicultura na Amazônia é pequena. A agricultura na região representa apenas 1,2% da Amazônia Legal em 2004, basicamente em áreas de cerrado ou áreas de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica.
- Mato Grosso concentra 88% (5,3 milhões de ha) da área com soja na Amazônia Legal. Cerca de 41% do Estado são de áreas de não-floresta.
- Há um equívoco sobre o que é Amazonas Legal e bioma amazônico.
- A maior parte da produção brasileira origina-se nas regiões Sul e Centro-Oeste. A idéia parece ser mais de proteger as florestas de transição que delimitam o bioma amazônico.

Veja a íntegra do Comunicado

A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) e suas respectivas associadas, estão comprometidas em implantar um programa de governança, que objetiva não comercializar a soja da safra que será plantada a partir de outubro de 2006, oriunda de áreas que forem desflorestadas dentro do bioma amazônico, após a data do presente comunicado.

Essa iniciativa terá a duração de 2 anos e busca conciliar a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico, através da utilização responsável e sustentável dos recursos naturais brasileiros. O setor se compromete durante este período a trabalhar em conjunto com os órgãos governamentais brasileiros, entidades que representam os produtores rurais e sociedade civil para:

- a) Elaborar e implementar um plano que inclui o sistema efetivo de mapeamento e monitoramento do Bioma Amazônico ou com base em um mapeamento oficial recebido do Governo Federal da referida área;
- b) Desenvolver estratégias para encorajar e sensibilizar os sojicultores a atenderem o disposto no Código Florestal Brasileiro;
- c) Trabalhar em conjunto com outros setores interessados para desenvolver novas regras de como operar no Bioma Amazônico, colaborando e cobrando do Governo Brasileiro a definição, aplicação e cumprimento de políticas públicas (zoneamento econômico-ecológico) sobre o uso da terra nesta região.

O setor reitera o repúdio ao uso de trabalho escravo, sendo que as empresas incorporaram aos seus contratos de compra de soja cláusula de rompimento dos mesmos, caso haja constatação de trabalho análogo ao escravo.

São Paulo, 24 de Julho de 2006.

A Amazônia Legal – “Um Continente”

Criado pela lei N° 1806, de 06 de Janeiro de 1953, para fins de incentivos fiscais da Superintendência do desenvolvimento do Amazonas (SUDAM)



- O compromisso voluntário vale apenas por dois anos. Nesse prazo, uma área desmatada não estaria tecnicamente adequada para o plantio de oleaginosas. É bem provável uma extensão temporal desse compromisso.

Em todo o caso, o comunicado da Abiove e da Anec significa na prática o marco inicial de uma tendência de mercado para o futuro: a exigência dos consumidores de países desenvolvidos de padrões ambientais e trabalhistas mínimos na produção de commodities.

Se o agronegócio brasileiro, em particular na cadeia produtiva da soja, mostra produtividade e potencial para participar de forma acirrada no mercado internacional, enfrenta também a concorrência perversa dos subsídios nos países desenvolvidos. Esses recursos causam enormes distorções, pois aumentam a produção e diminuem os preços. Mesmo assim os municípios brasileiros com grandes extensões na sojicultura mostram os melhores índices de desenvolvimento social do país. ■

Amazônia Legal

Território	9 estados
População	22 milhões de habitantes
Área *	5,1 milhões de km2
Floresta	70%
Cerrado	30%
Total	60% do país

Fonte: SUDAM

Legislação

Os índices de produtividade

Luiz Augusto Germani *

MUITA insegurança ocorre quando se debate os índices mínimos de produção agropecuária. Além da expectativa de estabelecer índices difíceis de serem atingidos em curto prazo há, também, as dificuldades operacionais e de caixa na reestruturação do imóvel rural para produzir em escala maior, com investimentos em infra-estrutura.

A Constituição Federal estabelece que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de lei” e que “a administração pública direta, indireta ou funcional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Conseqüentemente, uma lei ordinária estabeleceu que, para imóvel rural ser considerado produtivo, deveria ter, simultaneamente, e no mínimo, 80% de Grau de Utilização da Terra – GUT e 100% de Grau de Eficiência na Exploração da Terra – GEE.

O primeiro parâmetro consiste na relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel.

O segundo depende da fixação de índices de rendimento, como volumes de produção variáveis entre culturas, clima, solos, etc. A lei elegeu o Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, órgão do Executivo Federal com a incumbência fundiária, para definir o GEE. Mas, de forma complementar, determinou que tais índices fossem “ajustados, periodicamente, de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e do desenvolvimento regional, pelos Ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura e do Abastecimento, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola-Cnpa.”

O legislador foi lúcido quando estabeleceu a necessidade de um “aval” aos índices fixados pelo Incra, pelo Ministério da Agricultura, responsável pela condução da política agrícola do país, com conhecimento do desempenho da exploração agropecuária nacional, nos aspectos relativos à produtividade.

Conseqüentemente, as tabelas de índices de produtividade só podem ser criadas, validadas e alteradas com a prévia oitiva do Cnpa, um comitê representati-



vo de todos os setores sociais que, direta ou indiretamente, teriam algo com que ajudar no sentido de serem atingidas as metas estabelecidas na Lei de Política Agrícola, em relação ao que se espera de um imóvel rural no cumprimento de sua função social.

Sob o ponto de vista estritamente jurídico, só os índices mínimos nascidos do Cnpa devem receber a tarja de “índices legais” para, conseqüentemente, passarem a ser exigidos do produtor rural, no exercício de sua atividade.

Assim, não se reunindo o Cnpa, toda e qualquer Instrução Normativa expedida pelo Incra isoladamente, ou mesmo qualquer Portaria Interministerial que tenha o objetivo de fixar parâmetros mínimos de produtividade na atividade rural, carece de legalidade. ■

Constituição do Cnpa, segundo a Lei

Presidência: ministros da Agricultura e da Reforma Agrária, hoje Desenvolvimento Agrário;
Representantes: um do Ministério da Fazenda, um do Banco do Brasil S/A, dois da Confederação Nacional da Agricultura, dois da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, dois da Organização das Cooperativas Brasileiras (com atividades ligadas ao setor agropecuário), um do Departamento Nacional da Defesa do Consumidor, um do Meio Ambiente, três dos Ministérios alocados na Presidência do Conselho e dois representantes de Setores Econômicos Privados, de livre nomeação dos ministérios representados na Presidência do Conselho.

* Advogado Agrário.

e-mail: germani@germaninet.com.br

Legislação

Proposta
na gaveta

CORRE em Brasília uma proposta para que os novos índices de produtividade sejam atualizados a partir da produtividade média dos municípios com os 40% piores índices de produtividade no principal estado produtor de cada cultura. Os números ficarão mais próximos da produtividade medida nos últimos cinco anos anteriores à Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, realizada em 2004.

A medida seria aplicada para propriedades rurais com área superior a 15 módulos rurais. Existem 99 mil propriedades nessa condição, segundo o censo do IBGE de 1996, que representam 2% e 52%, respectivamente, da quantidade e área dos estabelecimentos rurais.

O módulo rural varia de estado a estado. Como no Rio Grande do Sul é de 15 hectares, apenas propriedades acima de 300 hectares estariam sujeitas à medida. Já em Mato Grosso, com módulo de 90 hectares, a medida afetaria propriedades acima de 1.350 hectares.

Três premissas básicas norteariam o trabalho:

1. Nenhum índice poderia permanecer igual;
2. Nenhum índice poderia dobrar;
3. O ajuste seria baseado numa média geral de 40% dos municípios com desempenhos menores.

Apesar da metodologia estar definida, a média de cada município não será parâmetro decisivo para as desapropriações de fazendas, mas sim um indicativo da necessidade de vistoria do Incra. ■



Cana de açúcar – toneladas por hectare

Estado	Produtividade 2004 ⁽¹⁾	Produtividade 1999-2004 ⁽¹⁾	Produtividade atual ⁽¹⁾	Produtividade proposta
São Paulo	81,1	75,6	70,0	75,0
Paraná	81,1	75,6	70,0	70,0
Alagoas	62,1	59,5	50,0	60,0

Fonte: (1) IBGE

Milho – quilos por hectare

Estado	Produtividade 2004 ⁽¹⁾	Produtividade 1999-2004 ⁽¹⁾	Produtividade atual ⁽¹⁾	Produtividade proposta
Paraná	4.426	3.942	1.900	3.200
São Paulo	4.328	3.461	1.900	3.200
Goiás	5.059	3.659	1.300	3.100
Mato Grosso	3.622	2.875	1.300	2.600

Fonte: (1) IBGE

Soja – quilos por hectare

Estado	Produtividade 2004 ⁽¹⁾	Produtividade 1999-2004 ⁽¹⁾	Produtividade atual ⁽¹⁾	Produtividade proposta
Mato Grosso	2.758	2.767	1.200	2.500
Paraná	2.547	2.613	1.900	2.300
Rio Grande do Sul	1.386	1.813	1.400	1.700
Goiás	2.351	2.456	1.200	2.400

Fonte: (1) IBGE

Produzir

Lobby é legítimo na democracia

João Sampaio *



“QUEM, em condições de se associar, se permite o isolamento e sonega a sua cooperação aos que se congregam em sociedade, só de si mesmo se pode queixar.” O trecho entre aspas - extraído dos registros históricos da Sociedade Rural Brasileira (SRB), por ocasião da comemoração de seus cinco anos de atividades em 1924! - tem em sua essência uma mensagem extremamente atual. Preconiza a chama da participação organizada da sociedade no debate e processo decisório político como um dos pilares da democracia.

Tratamos do *lobby*, palavra de origem inglesa, tradicionalmente entendida como esforço promovido por grupo de pessoas (empresas, entidades, segmentos), com o objetivo de influenciar o poder público em defesa de causas e interesses. A atividade de *lobby* é legítima e inerente ao processo político das nações democráticas. Auxilia a sociedade a exercer sua prerrogativa de mobilização para influenciar os governantes, eleitos justamente para representá-la legitimamente. Concede às pessoas o direito à cidadania.

Porém, o que acontece é que no Brasil, de forma equivocada, mas compreensível pelos muitos exemplos do exercício ilícito da atividade, principalmente no caso de licitações públicas, o *lobby* é mal

visto. Cercado por mitos e carregado de preconceito, comumente é relacionado a falcaturas, tráfico de influência, corrupção, entre outras mazelas. Porém, sob a luz da pluralidade de idéias e transparência de propostas e propósitos, o *lobby*, que se propõe a ser sadio, funciona como chave para construção do interesse coletivo.

Para que a sociedade entenda que se trata de uma atividade capaz de fortalecer a qualidade das decisões políticas, o *lobby* precisa de regulamentação. O ato de instituí-lo formalmente lhe tiraria o ranço de irregularidade e criaria o arcabouço institucional para a disseminação de seus benefícios. Em outros países, por estar estruturada juridicamente, a atividade funciona muito bem. Nos Estados Unidos, por exemplo, o Lobbying Disclosure Act (Lei da Revelação do Lobbying) data de 1946. Por aqui, até o presente momento, nenhuma lei regulamenta a atividade.

Há um projeto de 1989 que trata da questão. De autoria do senador Marco Maciel (PFL-PE) foi aprovado no Senado em 1990, mas até hoje, ou seja, há 16 anos, permanece parado na Câmara dos Deputados. Entre outros destaques, o projeto propõe a criação da exigência de registro para o lobista que atua no Congresso Nacional; obriga o lobista a

prestar conta periodicamente dos gastos referentes à sua atuação dentro e fora da Câmara e do Senado; obriga o lobista a informar quem é o seu contratante e que projetos está acompanhando; e estabelece punições para os casos de desobediência às regras.

Às vésperas das eleições gerais convido o setor rural a refletir sobre a importância do *lobby* legislativo ético, cristalino e comprometido com a agricultura. O Congresso Nacional é o fórum em que a sociedade dá voz a seus posicionamentos. Ter ou não representatividade política na Câmara dos Deputados e no Senado Federal significa ser respeitado ou ignorado pelo Executivo. Significa ter força para apoiar ou barrar decisões.

Logo, deixo o recado para que a classe rural reflita a quem dedicará seu voto, que procure identificar os parlamentares que trabalharam em sintonia com o setor produtivo na construção de políticas públicas voltadas ao crescimento da agricultura e conseqüentemente favoráveis ao desenvolvimento do País. O setor agrícola sustenta, baliza e dinamiza a economia, gerando oportunidades, renda e emprego. Nada mais justo que tenha autoridade política equânime ao seu poder e benefício econômico. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira

Um produto da Companhia de Seguros Aliança do Brasil comercializado pela BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.

CNPJ 28.156.899/0001-43
Processo SUSEP 10.005221/9941

A garantia de que sua família precisa para continuar colhendo bons frutos.

O Seguro Ouro Vida Produtor Rural é um seguro que tem como objetivo quitar ou abater dívidas de operações de Crédito Rural em caso de morte natural ou acidental do segurado. Se a indenização do seguro for maior que o saldo da dívida, o valor restante será pago ao cônjuge ou, na sua falta, aos herdeiros legais. Procure seu gerente Banco do Brasil ou ligue para 0800-729-7000.

O tempo
todo com
você



**Dormir tranquilo é fundamental
pra quem já acorda tão cedo todo dia.**



Quem é do campo e depende da terra para produzir sabe como a natureza sempre nos reserva surpresas. Mas agora quem conta com a proteção da completa linha de produtos da AGF Seguros tem, a cada novo dia, a certeza de que seu empreendimento está em boas mãos. Afinal só a área de Agronegócios da AGF oferece diversos seguros, como:

- **AGF Agrícola:** a garantia de retorno do investimento de custeio em caso de perdas de produção causadas por eventos da natureza.
- **AGF Canavial:** a garantia da produtividade de seu canavial em caso de incêndio e eventos climáticos.
- **AGF Floresta:** a garantia de sua floresta, em caso de incêndios e intempéries da natureza.
- **AGF Benfeitorias Rurais:** a garantia de reposição do equipamento agrícola de sua propriedade, em caso de colisão, incêndio, roubo e outros eventos da natureza.
- **AGF Equipamentos Agrícolas:** a garantia de reposição do equipamento agrícola adquirido por meio de financiamento bancário, em caso de colisão, incêndio, roubo e outros eventos da natureza.

P R O D U Z A . A A G F S E G U R A .

Consulte um corretor ou ligue
3156-4340 [Grande São Paulo] e **0800 7777AGF** [Outras Localidades] - www.agf.com.br



Allianz Group
Seguros